



Ata dos trabalhos da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Nova Lima. No dia vinte de novembro de dois mil e dezoito, às nove horas e quinze minutos, reuniu-se a Câmara em sua Sede, achando-se constituída a Mesa pelos senhores vereadores: José Guedes – Presidente, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo – Vice-Presidente e Alessandro Luiz Bonifácio – 1º Secretário. O Senhor Presidente solicitou a chamada dos vereadores presentes; constatando-se a existência de número legal conforme as assinaturas apostas no livro próprio, verificando-se a presença de todos os vereadores. O Senhor Presidente, sob a proteção de Deus e em nome do povo nova-limense, declarou aberta a reunião e, em seguida, convidou todos para, de pé, ouvir o Hino Nacional. Logo após, Senhor Presidente: “Secretário Coxinha, por favor. Eu gostaria de dar um aviso, a direção do sindicato foi convidada a comparecer às onze e trinta, após a nossa reunião ou durante a reunião. Esclarecimento ao povo nova-limense, não bastasse nosso município ter sido prejudicado pelo governador do Estado, através do senhor Fernando Pimentel – PT, que invocou para o Estado os precatórios, dentre eles o da construção do Posto Médico dos Cristais, dinheiro conseguido por este vereador através do Ministério Público num TAC – Termo de Ajuste de Conduta de cerca três milhões e duzentos. O Estado é devedor da cidade de Nova Lima, o nosso município, trinta milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, trezentos e quarenta e um reais e noventa e seis centavos. Isso mesmo, mais de trinta milhões. Veja: sete milhões, cento e cinquenta e dois mil, cento e quatorze reais e quarenta e três centavos (ICMS). Setecentos e setenta e oito mil, setecentos e trinta e um reais e noventa centavos



(FUNDEB). Dez milhões, quinhentos e trinta e três mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos (Saúde). Três milhões, quinhentos e quarenta e nove mil, trezentos e setenta e dois reais e oito centavos (ICMS). Cento e oitenta e dois mil, setecentos e trinta e dois reais (Piso Mineiro Assistência Social). Oito milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e seis reais e noventa e nove centavos (FUNDEB). No total: trinta milhões, novecentos e cinquenta e dois mil, trezentos e quarenta e um mil reais e noventa e seis centavos. Fonte essa: Associação Mineira dos Municípios. Isso cabe processo como foi dito na semana passada pelo prefeito. As informações que nós temos concretas, noventa por cento das cidades mineiras, as prefeituras não terão condições de fazer o décimo terceiro. Isso é uma informação oficial, está tudo aqui, Associação Mineira dos Municípios. A gente fica decepcionado, principalmente Nova Lima. Eu estou lutando por aquele posto médico nos Cristais há quatorze anos, consigo o dinheiro e o governador simplesmente chega e pega o dinheiro, que é um dinheiro sagrado e é do TAC. Mas a batalha continua, a obra já está licitada, por esses dias a construtora deve começar. É uma luta muito grande, principalmente desse vereador aqui. É um absurdo um governador chegar à nossa cidade e pegar três milhões e duzentos de um dinheiro de um TAC, isso é revoltante. Ele podia pegar dinheiro de todos os impostos, mas do TAC? Um dinheiro que é para a saúde. E a nossa comunidade lá carece daquele posto médico”. Logo após, o Senhor Presidente comunicou que as Atas das Reuniões: Ordinária do dia trinta de outubro de dois mil e dezoito, Solene do dia trinta e um de outubro de dois mil e dezoito, Ordinária



do dia seis de novembro de dois mil e dezoito foram encaminhadas aos gabinetes para os vereadores conferirem-nas. Colocou-as em discussão, nenhum vereador se manifestou. O Plenário aprovou as três Atas por dez votos. Continuando, o Senhor Presidente solicitou a leitura das proposições que deram entrada na Casa: 1) Projeto de Lei nº 1.741/2018, autoria do Poder Executivo, que “Altera dispositivo da Lei Municipal nº 2.621, de 29 de dezembro de 2017 e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 2) Projeto de Lei nº 1.744/2018, autoria do Poder Executivo, que “Institui o Programa Bolsa Atleta Municipal na cidade de Nova Lima e dá outras providências”. Senhor Presidente: “consulto o Plenário e coloco em votação a dispensa de interstícios e pareceres para a votação em dois turnos do Projeto de Lei 1.744/2018, autoria do Poder Executivo. Pediria aos vereadores, na semana passada nós não tivemos a nossa reunião, explicar. Um atleta mora, por exemplo, em Macacos, bairro distante, em Bicalho, essa Bolsa Atleta é para favorecer o atleta com a condução, com a passagem. Então, eu pediria aos meus colegas para colaborarem na dispensa de interstícios e pareceres”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “eu, como presidente da comissão, não aceito não, Presidente”. Senhor Presidente: “eu estou explicando aqui, vereador, que já está atrasado. O senhor tem todo o direito. Infelizmente... Eu acho o porquê desse projeto... Porque eu milito no futebol, no esporte, há mais de cinquenta anos, estou cansado de falar isso. Isso aqui é uma ideia minha, um requerimento meu que foi aprovado aqui. O senhor tem todo o direito. Vou exigir o prazo regimental de o senhor entregar, não é



ficar com o projeto lá dois meses, três meses não, como de costume. Já está estourando o prazo, eu preciso desse projeto para os atletas pobres que residem em outros lugares. Então, eu fico decepcionado porque o senhor está cansado de pedir aqui dispensa de interstícios e pareceres e eu sempre votei com o senhor, mas o senhor tem todo o direito. Encaminho o Projeto de Lei 1.744/2018 à Comissão de Legislação e Justiça. Espero que o senhor cumpra o prazo, eu vou exigir”. 3) Projeto de Lei nº 1.742/2018, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Município de Nova Lima a associar-se à AMIG – Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 4) Projeto de Lei nº 1.743/2018, autoria do Poder Executivo, que “Autoriza o Município de Nova Lima a associar-se à GRANBEL – Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte e dá outras providências”. Encaminhado à Comissão de Legislação e Justiça para emissão de parecer. 5) Projeto de Lei nº 1.745/2018, autoria do Poder Executivo, que “Disciplina a participação do Município de Nova Lima no ICISMEP – Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba, para análise e consorciamento, sob a forma de Associação Pública, nos termos da Lei Federal nº 11.107, de 06/04/2015, do Decreto Federal nº 6.017, de 17/01/2007, e da Lei Estadual nº 18.036, de 12/01/2009 e dá outras providências”.

Vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Silvânio”.

Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu gostaria de solicitar, eu sei que



o projeto não está em discussão e não quero fazer isso, mas eu gostaria de solicitar que o Executivo encaminhasse para a Casa quais são as diretivas para que esses atos sejam realizados. Lá no artigo segundo fala assim: ‘Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar todos os atos necessários para a adesão do Município de Nova Lima...’ e aí vai. Eu queria entender quais são esses atos, de que se trata. Eu acredito que a administração tenha conhecimento disso, seria interessante para a gente ter conhecimento, se for possível. Agora, como não é requerimento, fica aqui um pedido, de repente a Casa pode fazer esse pedido”. Senhor Presidente: “na hora adequada do requerimento, não é isso?”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “não, eu acho que não tinha necessariamente que ser requerimento, vamos ver o...”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, posso dar uma sugestão?”. Senhor Presidente: “pode, ok”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “vereador, é uma sugestão”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “talvez alguma comissão, não sei por quais todas as três ele vai tramitar, mas que alguma comissão solicite formalmente, já que o prefeito semana passada esteve aqui e falou que está à disposição total da Casa e tudo o que precisar ele vem aqui explicar, tudo o que precisar ele vai resolver, ele vai fazer. Então, agora nós não vamos ter dificuldade, independente de lado”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “sim, para que a gente tenha conhecimento de quais são esses atos”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “pois é. Eu acho que o senhor vai conseguir a partir de agora”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “eu acho que serve aqui como sugestão,



líder do governo, Wesley, você se prontificaria a fazer isso? Então, perfeito. Ok”.

Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente. Bom dia, nobres vereadores, Mesa Diretora, pessoal que está aqui no Plenário, aqueles que nos assistem pela TV Banqueta. Sei que não está em discussão, mas eu vou ser bem breve em relação a isso. Eu estive conversando com o secretário de saúde, um dos encaminhamentos que vão ser feitos são as cirurgias oftalmológicas, que foi muito colocado aqui que o doutor Ricardo Guimarães ia dar cem cirurgias, que ia zerar a fila, isso não ocorreu e não vai ocorrer pelo Hospital dos Olhos. E pedir ao Secretário de Saúde, o vereador Fausto sabe disso, o Diego Andrade, o deputado federal ao qual a gente apoiou, do PSD, já disponibilizou mais de setenta cirurgias, onde o município não vai precisar gastar nenhum centavo, a não ser ceder um ônibus e a gente continua com a dificuldade de ter a listagem. Não precisa passar a listagem para a gente, a gente não quer fazer política com isso não, que ele encaminhe. Agora eu acho que tem mais trinta vagas, se eu não me engano, que ele mesmo encaminhe as pessoas para que possam fazer esse procedimento, porque através desse consórcio aqui, que vai ser muito bacana, mas o município vai ter que pagar, e nesse caso lá não, o município não vai ter que pagar nenhum centavo, a não ser ceder o ônibus. Então, que o secretário de saúde encaminhe diretamente, não precisa passar pela gente, para não perder essa oportunidade, que é no dia vinte e seis, não é isso, Fausto?”.

Vereador Fausto Niquini Ferreira: “pela ordem, Senhor Presidente. Eu tinha pedido a palavra, mas acabei ficando por último, mas não tem problema. É exatamente isso. Eu até ia pedir ao senhor que consultasse o Plenário, se a gente pudesse fazer um parecer



conjunto em relação a esse projeto, tratando-se que ele é urgente, urgentíssimo. E quando se trata de saúde, de cirurgias, eu acho que a gente tem que às vezes repensar. Já que o senhor falou, eu gostaria primeiro que essas... As trinta cirurgias foram realizadas, dia dezesseis, e serão realizadas agora mais quarenta cirurgias no dia vinte e seis, na próxima segunda-feira. Na realidade, sem um centavo de custo para o poder público, exceto... Está ali o nosso amigo, o Stéfano, que disponibilizou um ônibus muito confortável para os idosos. E já ontem nós encaminhamos, através do gabinete, uma nova solicitação para esse ônibus. E, realmente, o projeto lá, o programa é muito interessante, é através de parceria nossa e do Deputado Federal Diego Andrade e não vai parar por aí não. Então, eu acho que, às vezes, é melhor a gente realizar, mostrar o resultado depois, do que antes fazer política, dizendo que vai fazer, às vezes acontece e a gente não consegue. Às vezes nem por culpa da gente, mas... Por isso que eu gostaria de falar isso na próxima reunião, na outra terça-feira, mas já que o senhor levantou o assunto. Então, só esse mês nós já vamos para setenta cirurgias de catarata realizadas nas pessoas carentes. Esse projeto aqui, há uns dez anos, eu tomei conhecimento dele lá na cidade de Rio Casca, é um projeto muito interessante, é um consórcio que engloba várias cidades, não só cirurgias, como também outros procedimentos oftalmológicos e consultas também. Então, fica aí. O vereador Silvânio realmente fez um questionamento, acho que é válido, o senhor tem dúvida e tem que ser esclarecido mesmo. Muito obrigado, Senhor Presidente”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, pela ordem”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem,



Presidente”. Senhor Presidente: “pela ordem, o vereador Wesley de Jesus”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “recebi algumas críticas na semana passada, onde eu não estava presente, a respeito de uma divulgação das cirurgias de catarata que o doutor Ricardo Guimarães ficou de fazer, inclusive que eu tinha solicitado para ele cem cirurgias. Primeiro, eu quero convidar o vereador Tiago Tito a falar só do que ele entende, do que ele sabe, o senhor trouxe informações aqui equivocadas. Ontem mesmo teve uma reunião com o doutor Ricardo, o doutor Ricardo vai assumir o compromisso que ele fez. E eu aproveito para fazer um desabafo, como a política de Nova Lima é mesquinha e porca, por quê? Qual é o motivo que atrasou tanto essas cirurgias de catarata? Porque aqui você não pode fazer nada, tem seguimentos, fulano mexe com A, ciclano mexe com B, você não pode entrar, não pode fazer nada por Nova Lima, cada um já tem o seu seguimento, você não pode entrar. Quando você vai buscar benefícios para Nova Lima, chove enxurradas de denúncia falando que o vereador que foi lá e conseguiu e passou para o Executivo fazer, está beneficiando pessoas eleitoralmente falando, está criando benefícios para beneficiar um público específico, uma série de denúncias. O dono do hospital oferece fazer cirurgias de graça e ainda tem que responder para órgãos porque está ajudando a beneficiar político. Demonstra a mesquinha e a política que existe dentro de Nova Lima, lamentavelmente. Gente, eu só convido vocês a uma coisa, se cada um fizer aquilo que tem que fazer, cada um for trabalhar por Nova Lima, sem olhar para o umbigo do outro que está fazendo, eu acho que Nova Lima vai ganhar tanto. Tirando essa política mesquinha e porca que existe dentro dessa cidade. Então, fica aqui





o meu desabafo quanto a isso. O doutor Ricardo vai fazer as cirurgias que se comprometeu, Tiago. Então, quando Vossa Excelência for trazer informação, traga a informação que o senhor conhece, por favor”. Vereador Tiago Almeida Tito: “eu fui citado, Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “com a palavra o vereador Tito, foi citado”. Vereador Tiago Almeida Tito: “vereador, eu sempre tive muito respeito pelo senhor aqui em Plenário. O senhor é líder de governo, então o senhor tem que conversar com seus pares lá, porque eu estou trazendo a informação do secretário municipal de saúde. Eu estive com ele semana passada, inclusive me pediu apoio para esse projeto que a gente está discutindo aqui agora. E ele, na semana passada, falou que já por três vezes esteve no hospital e sempre o doutor Ricardo fala que vai fazer e não faz. Então, o senhor pega informação com ele. Eu estou trazendo informação do José Roberto. E aí o senhor discute com ele em relação a isso. Mas eu não faço... Ficou uma indireta como sendo para mim, eu não sou da pauta da questão oftalmológica, eu não tenho expertise nisso. Mas veio antes, a gente não divulgou, a gente não fez divulgação em relação a isso e já estão setenta pessoas sendo operadas. E a forma que estava sendo feita com o doutor Ricardo, o senhor me desculpe, e aí eu vou falar talvez com desconhecimento, mas era uma forma de contrapartida, ele ia pegar cirurgias aqui do município, ele estava ganhando para fazer isso também. Então, para mim, eu não vejo política porca nenhuma em relação a isso, eu acho que tem que ter transparência naquilo que está sendo negociado. Trouxemos, através do Diego Andrade, setenta cirurgias. Não fui eu não, através do Diego Andrade, essa pauta é muito mais do Fausto do que minha. A fila são



cento e sessenta, nós vamos zerar a fila antes de o doutor Ricardo chegar. Então, assim, eu não sei quem está fazendo política porca. Eu não faço isso, respeito o trabalho do senhor, sei da sua dedicação de correr atrás, sei dos seus acessos que você faz através do prefeito, que ajuda demais o senhor, o senhor acaba passando na frente de todos os nove vereadores, mas respeite também o nosso trabalho, respeite o trabalho do Fausto que é o meu colega de partido e respeite a gente em Plenário. Semana passada o senhor nem esteve presente em uma discussão aqui importante, o prefeito estava aqui, o senhor é líder do governo dele. Então, assim, me desculpa te fazer esse desabafo aqui em público, mas da forma que o senhor falou de política porca, ficou direcionado a mim. E a informação, repito, veio do secretário municipal de saúde, o José Roberto, tanto é que ele está assinando a adesão nesse consórcio aqui para operar o pessoal lá em Betim. Então, não sou eu que tenho que dar explicação em relação a isso não”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “Presidente, pela ordem, só para eu finalizar porque eu não vou render isso mais não”. Senhor Presidente: “rapidinho”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “vereador, os meus comentários foram direcionados à Vossa Excelência também. Eu não vou render quanto à minha ausência na última reunião porque eu não lhe devo satisfação quanto a isso. Segundo, continue trabalhando. Eu nunca questionei nenhum projeto que foi trazido por esta Casa, nenhum projeto de nenhum vereador, cada um continua trabalhando a sua pauta e deixa o outro sossegado trabalhar também. É só esse convite que eu faço a Vossa Excelência. Eu acho que Nova Lima vai ganhar muito mais com isso, do que ficar com essas picuinhas bobas, essas coisas não vão levar à nada.



Então, trabalhe, faça o trabalho que o senhor costuma fazer. É muito bom, são setenta cirurgias de catarata, mais as que nós conseguimos, se alguém conseguir mais é ótimo, Nova Lima vai ganhar. Nós precisamos é trazer benefícios para Nova Lima. Convido o senhor a fazer esse raciocínio”. Vereador Tiago Almeida Tito: “concordo com o senhor plenamente. E que o senhor não fique indo ao prefeito, colocando abobrinha na cabeça dele, querendo destruir a base que ele tem não. Concordo com o senhor, o senhor está certíssimo em relação a isso”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “o senhor mesmo se destrói. Presidente, eu não vou falar mais nada”. Senhor Presidente: “encaminho o Projeto de Lei 1.745/2018 à Comissão de Legislação e Justiça e solicito ao Plenário sobre o pedido do vereador Fausto Niquini, parecer conjunto. Os vereadores que concordam permaneçam como estão”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, quais são as comissões? Antes de o senhor responder quais serão as três comissões a emitirem o parecer conjunto, reforçando a solicitação do vereador Silvânio, é imprescindível que a gente solicite cópia do protocolo de intenções e do estatuto do consórcio, assim nós vamos esclarecer qualquer dúvida que tiver a respeito desse tema, até para a Casa ter condição de aprovar ou rejeitar esse projeto de lei”. Senhor Presidente: “eu quero fazer parte com os vereadores que realmente lutam por Nova Lima, eu não faço parte desses vereadores que ficam reclamando do que o outro consegue na prefeitura. Quero dizer que eu tenho fama que consigo tudo ou quase tudo na prefeitura, eles estão enganados. As minhas solicitações lá tem cor partidária sim, sempre teve, mas agora que eu sou situação, parece que piorou, eu sou perseguido lá na



prefeitura às claras. Eu não vou falar nisso mais, eu vou tocando o meu bonde. Eu não fico reclamando que o vereador A ou B conseguiu as coisas para Nova Lima, principalmente na área de saúde. Vocês vejam o embate, as mentiradas falando que eu quero fechar a Casa Rosal? Volto a repetir, a única coisa que eu fechei em Nova Lima, eu fechei mesmo, pedi e o Vítor atendeu, foi a zona boêmia. Então, ficam inventando coisas, colocando a minha foto nas redes sociais. Eu não tenho medo não. Coloca o nome em baixo que eu vou ali ao fórum, ao Ministério Público. Aí ficam lá pedindo perdão. Vai pedir perdão no caixa prego. Chora, abre a boca para chorar perante o juiz lá. Eu vou agir dessa maneira, essa carapuça não serviu para mim, quem me conhece, as pessoas que são honestas sabem que eu luto vinte e quatro horas por Nova Lima. As comissões são: Legislação e Justiça, Orçamento e Saúde. Está em votação”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, então já estou solicitando de antemão que encaminhe o protocolo de intenções e o contrato do consórcio. Eu sou presidente da Comissão de Orçamento, nós vamos emitir o parecer para semana que vem mediante a apresentação desses dois documentos”. Senhor Presidente: “pediria à doutora Delma para fazer o ofício hoje ainda. Comigo aqui não fica nada emperrado. Legislação e Justiça, Orçamento e Saúde. Os vereadores que concordam com a proposta do vereador doutor Fausto Niquini permaneçam como estão. Aprovado, nove votos”.

6) Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 08/2018, que “Acrescenta o artigo 140-A na Lei Orgânica do Município de Nova Lima, que institui o Orçamento Impositivo e dispõe sobre a execução orçamentária e financeira da programação



incluída por emendas individuais do Legislativo Municipal em Lei Orçamentária Anual”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem, queria que o senhor consultasse o Plenário, como é só uma comissão especial e esse projeto já tem noventa por cento de adesão, que fosse dispensado o parecer dessa comissão e... Pode, doutor? Só o parecer. Só a votação em primeira e a gente respeita o interstício de dez dias. Então, que fosse dispensado o parecer da comissão e fosse colocado em primeira votação hoje, nessa sessão”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu gostaria de solicitar ao presidente da Comissão de Legislação e Justiça que, como adotou esse procedimento em tantos outros projetos, inclusive em um hoje nesta Casa, que a gente peça para... Comissão Especial? Ah, tá”. Senhor Presidente: “é Comissão Especial. Coloco em votação a proposta do vereador Tiago Tito. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, nove votos. Votará na segunda parte”.

7) Veto do Poder Executivo ao Projeto de Lei nº 1.707/2018, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Institui o Código Municipal de Defesa do Usuário de Serviços Públicos, no âmbito do Município de Nova Lima e dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário de serviços públicos da Administração Pública Municipal”. Encaminhado à Comissão Especial, nomeada pelo Senhor Presidente, composta pelos vereadores Tiago Almeida Tito, José Carlos de Oliveira e Fausto Niquini Ferreira, para emissão de parecer. Prosseguindo, o Senhor Presidente solicitou a leitura: 1) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.727/2018, autoria do vereador José Guedes, que



“Denomina a via pública que menciona e contém outras providências” – Rua Deusdedit Gonçalves Ribeiro. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto.

2) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.728/2018, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Dispõe sobre os loteamentos de acesso controlado e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto.

3) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.730/2018, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Institui o Dia da Gentileza e Cidadania e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto.

4) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.731/2018, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Institui o ensino e prática do xadrez como complemento educacional obrigatório na disciplina de educação física”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto.

5) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.732/2018, autoria do vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, que “Dispõe sobre a proteção e cuidados com os animais comunitários e transitórios que tenham sido abandonados nas vias públicas do Município de Nova Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto.

6) Parecer da Comissão de Serviços Públicos Municipais referente ao Projeto de Lei nº 1.734/2018, autoria do Poder Executivo, que “Institui o Programa Especial de Regularização Tributária – PERT e remissão fiscal, no âmbito do Município de Nova



Lima e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu gostaria que Vossa Excelência consultasse o Plenário quanto à possibilidade de a gente colocar em pauta a votação desse projeto em primeira e segunda votação hoje. Então, vou pedir dispensa de interstícios e pareceres”. Senhor Presidente: “sim, senhor. Coloco em votação a proposta do vereador Wesley para o Plenário”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente. Só para fazer uma recordação aqui, é porque o vereador Álvaro que é o presidente desta comissão, ele tinha até pedido que passasse pela comissão. E acho que é importante passar, Wesley, porque eu falei que ia colocar uma emenda para ampliar os prazos, porque ficou tanto tempo aqui na Casa, teve a reunião semana passada que não teve, eu não coloquei a emenda ainda. Então, eu acho que seria interessante passar para a semana que vem e eu colocar as emendas para ampliar os prazos para ter mais tempo, tanto para a prefeitura poder negociar com o cidadão, quanto o cidadão também poder fazer a adesão ao PERT. É a minha opinião, mas se quiser colocar para discussão”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, é porque eu estava aqui atrás. O senhor solicitou a dispensa?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “a assessora já me posicionou que semana passada foi deliberado que teria que passar pela Orçamento e eu pensei que já tivesse passado”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “então está resolvido”. Senhor Presidente: “está resolvido. Encaminho o Projeto de Lei 1.734/2018 à Comissão de Orçamento, Finanças e Tomada de Contas”. 7) Parecer da Comissão de Legislação e



Justiça referente ao Projeto de Lei nº 1.740/2018, autoria do vereador José Carlos de Oliveira, que “Isenta a passagem de ônibus para aqueles que fazem tratamento contra o câncer e dá outras providências”. A comissão emitiu parecer favorável à tramitação do projeto, que foi encaminhado à Comissão de Serviços Públicos Municipais. Senhor Presidente: “segunda parte. Por deliberação plenária, coloco em sua primeira votação...”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu vou pedir vista”. Senhor Presidente: “então, eu nem vou ler. Concedida a vista”. Dando continuidade, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação: 1) Projeto de Emenda à Lei Orgânica Municipal nº 07/2018, que “Altera a redação do parágrafo 2º do artigo 39, do caput do artigo 43, do caput e parágrafo 1º do artigo 44, do parágrafo 2º do artigo 62, do parágrafo 2º do artigo 78 da Lei Orgânica Municipal e dá outras providências”. Em segunda e última votação, aprovado por dez votos e encaminhado à promulgação. Vereadores que votaram a favor: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. 2) Projeto de Resolução nº 151/2018, que “Altera a redação do artigo 23, do artigo 24, do artigo 26, do artigo 29, do parágrafo 2º do artigo 43, do parágrafo 3º do artigo 186, do artigo 231 e revoga os artigos 234 e 235 do Regimento Interno da Câmara Municipal de Nova Lima e dá outras providências”. Em segunda e última votação, aprovado por dez votos e encaminhado à promulgação. Vereadores que votaram a favor: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez





Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. 3) Projeto de Lei nº 1.716/2018, autoria do Poder Executivo, que “Altera dispositivos da Lei Municipal 2.128 de 02 de dezembro de 2009, e dá outras providências”. Senhor Presidente: “solicito ao Senhor Secretário a leitura das emendas apresentadas”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, só para esclarecer. Tinha uma emenda do vereador Tiago e uma minha, elas estão muito parecidas, eu estou retirando a minha e fica a do vereador Tiago”. Senhor Presidente: “ficará a do Tiago Tito”. O Senhor Secretário proferiu leitura da emenda de autoria do vereador Tiago Almeida Tito: “emenda do vereador Tiago Tito. Projeto de Lei nº 1.716/2018, Altera dispositivos da Lei Municipal 2.128 de 02 de dezembro de 2009, e dá outras providências. Fica alterado o Art. 3º do Projeto de Lei nº 1.716/2018, que passa a vigorar com a seguinte redação: ‘Art. 3º. O caput do Artigo 8º e seus §§ 1º e 2º, da Lei Municipal 2.128 de 02 de dezembro de 2009, passam a vigorar com as seguintes alterações: Art.8º. O Conselho Municipal de Habilitação de Interesse Social - CMHIS é um órgão de caráter consultivo, deliberativo e fiscalizador, de representação paritária entre poder público e a sociedade civil, nomeado através de decreto municipal e será composto pelos seguintes membros titulares e suplentes organizados por segmento: §1º. Representantes do Poder Público: 1 (um) Titular representando a Secretaria Municipal de Habitação, na condição de presidente da CMHIS. 2 (dois) Titulares das seguintes Secretarias Municipais: I - um do Planejamento. II - um do Meio



Ambiente. §2º. 3 (três) representantes da sociedade civil: I - 2 (dois) representantes de entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisas, de entidades não governamentais ou de entidades de trabalhadores, ligadas ou correlatas à política habitacional; e que seja ainda residente e domiciliado no Município de Nova Lima. II - 1 (um) representante de entidades dos movimentos populares ligadas ou correlatas à política habitacional e que seja ainda residente e domiciliados no Município de Nova Lima. Tiago Tito, Vereador”.

Senhor Presidente: “em discussão a emenda, em votação a emenda. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovada, dez votos”. Senhor Presidente: “coloco em votação o Projeto de Lei 1.716/2018, que ‘Altera dispositivos da Lei Municipal 2.128 de 02 de dezembro de 2009, e dá outras providências’ em sua primeira votação com as emendas, em discussão, em votação. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos”. Vereadores que votaram a favor: Alessandro Luiz Bonifácio, Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo, Ederson Sebastião Pinto, Fausto Niquini Ferreira, Flávio de Almeida, José Carlos de Oliveira, José Guedes, Silvânio Aguiar Silva, Tiago Almeida Tito e Wesley de Jesus Silva. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Só para questão de deixar bem mencionado aqui, o projeto que eu pedi vista foi o Projeto nº 08/2018, da Emenda à Lei Orgânica Municipal que ia ser votado hoje”. Senhor Presidente: “sim”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu só estou pontuando porque a equipe ficou...”. Senhor Presidente: “ok”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, é só um comunicado da Comissão de Educação, nós fizemos uma reunião em que a gente teve uma denúncia de uma



funcionária e ela solicita um parecer da comissão. A gente já ouviu essa funcionária, ouvi também, informalmente, o Ouvidor do município. E aí, eu acredito que seria muito interessante a gente convocar, para o desfecho desse assunto, a Secretária de Educação Viviane Matos e a Diretora Roseli Santos, da Escola Municipal Martha Drummond Fonseca, para uma reunião com a Comissão de Educação, na sala de reuniões aqui, e a proposta de data para essa reunião seria segunda-feira, dia vinte e seis do onze, às nove horas. Ah, menos segunda? Está bom. De qualquer maneira, como a gente sabe que a secretária deve ter uma agenda mais difícil, a gente a deixaria sugerir a data. Eu vou mandar a convocação, pedindo que elas façam a sugestão dessa data para que a gente possa apurar essa denúncia que chegou até à comissão aqui, a denúncia é de assédio moral”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “só como sugestão, vereador, que essa reunião aconteça até o final da semana que vem, fim do mês”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “ah, sim, sem dúvida”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “porque essa denúncia é muito grave. E a secretária pode vir preparada com as suas argumentações porque nós vamos questionar tudo”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “nessa convocação também, mas eu acho que é detalhe para convocação, a gente vai pedir o livro de Atas, das folhas 138 em diante, uma vez que a gente tem várias folhas do livro de Atas que não são numeradas. E como o livro de Atas tem que ser numerado e eu não entendi por que a cópia aqui não está, a gente gostaria de ter esse livro de Atas, mas eu vou colocar isso na convocação”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “a doutora Delma está dando uma sugestão



interessante, que assim que definir a data, além da Comissão de Educação participar, que a gente comunicasse aos outros vereadores que quem também tiver interesse de...”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “sugestão aceita...”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “com certeza é muito viável isso”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “está ok”. Na sequência, o Senhor Presidente colocou em discussão e votação os requerimentos: 1) Aatoria do vereador José Guedes: Requer à Mesa Diretora envie moção de aplausos ao Retiro Sport Clube pela belíssima campanha realizada no campeonato amador, que os levou a ser o Campeão 2018, ocasião em que externamos admiração à equipe técnica, jogadores e torcedores. Em discussão, Senhor Presidente: “eu gostaria de dizer que, com certeza absoluta, uma pessoa que acompanha o esporte em Nova Lima, nós já melhoramos muito. Foi sensacional ver o campo do Villa lotado na decisão e em outros jogos também. Parabenizar a equipe do Jornal A Banqueta e a TV Banqueta que deu total cobertura, é mais um entusiasmo. Qual jogador, um técnico, um diretor que não gostaria de dar uma entrevista para a TV Banqueta? E aquelas pessoas mais antigas assistindo as partidas em suas casas, as pessoas às vezes até acamadas. Volto a dizer que o esporte amador em Nova Lima leva milhares de pessoas durante o campeonato para assistirem aos jogos e participarem. E não são rios de dinheiro, merecia muito mais, é um absurdo mil e quinhentos reais para um clube amador disputar um campeonato, mil e quinhentos não dá para a primeira rodada. Parabenizar todos os clubes que participaram, foi um belíssimo campeonato. É sacrificante o diretor tirar dinheiro do bolso, alguns clubes não, mas a maioria, eu



conheço diretor que tirou a metade do décimo terceiro para colocar o seu time para disputar. Então, que o prefeito melhore essa verba para o próximo ano. A verba era dez mil, começou com mil, eu requeri, passou para dois mil, requeri, passou para cinco mil, requeri, passou para dez mil, hoje são mil e quinhentos. Nós temos condições. Pelo volume de pessoas que frequentam os campos de futebol, eles mereciam mais. Então, rogar aqui, eu já conversei com o prefeito. Outro dia nós fizemos uma festa lá na prefeitura, homenagem ao futebol amador. Eu sou autor da lei do dia do futebol amador, vinte e dois de março. Então, espero que a prefeitura dê total cobertura nesse dia. Teve um concurso de Miss do Futebol Amador, foi um sucesso, fizeram uma vez. Estou pedindo ao prefeito que faça, não tem gastos abusivos, custo baixo, faremos a festa aqui no Teatro Municipal. Nós temos que voltar às nossas origens. Futebol amador, o esporte, eu não canso de falar, todo mundo fala que tem que combater as drogas na juventude, nas crianças, mas poucos colaboram. Então, o esporte, realmente, é a arma para tirar os meninos e os adolescentes das drogas. Obrigado”. Requerimento aprovado por dez votos. 2) Autoria do vereador José Guedes: Requer que esta respeitosa Casa envie moção de pesar para a família do Sr. Délio Wagner Ferreira por ocasião de seu passamento. Aprovado, dez votos. Senhor Presidente: “eu vou entrar com um requerimento aqui, tem que ser urgente. Pediria aos vereadores que colaborassem, porque eu entrei com uma moção de pesar, é um requerimento, mas eu pediria que os vereadores colaborassem comigo”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Coloca a do Délio para sair em nome da Casa”. Senhor Presidente: “boa



sugestão. Colocar novamente em votação, a moção sairá em nome da Casa porque era uma pessoa que batalhou e ajudou muito Nova Lima. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovada a moção do Délio”. 3) Aatoria do vereador José Guedes: Requer à secretaria competente que sejam instalados na Rua Ari Barroso, esquina com Dom João VI, nas Cabeceiras, bueiro com grade e ranhuras na extensão de trezentos metros. Em discussão, vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “eu gostaria de dizer que em janeiro eu fiz uma solicitação, pelo fato de eu passar com minha caminhonete lá, com o Jeferson que se encontra neste local. Existe um buraco na entrada da rua à direita, que ele é coberto pelo mato, ninguém vê. Quase que nós fomos a óbito, se minha caminhonete virasse lá, ela ficou de rodas para cima, precisou de dez vizinhos lá ajudar a segurar a caminhonete. Eu pedi isso em janeiro e eles ainda ficam falando que eu tenho portas abertas na prefeitura, isso dói. Eu pedi, a comunidade já pediu. Eu tive uma votação muito boa lá nas Cabeceiras. Então, o vereador solicita, eu não sei, eu não estou atendendo, as coisas mais simples que podem causar morte. Em um dia chuvoso sete carros tiveram problemas lá. Então, a comunidade solicita, a gente faz. Então, não é ficar reclamando, todos os dias reclamando, reclamando. Eles têm que tomar atitudes lá na prefeitura, as pessoas que são responsáveis. Estou pedindo uma ranhura próxima à ACM a vida toda, não é de agora com o Vítor não, uma ranhura no asfalto, cem metros de asfalto. Carro chia, bate na parede e a comunidade fica em cima do vereador. Ainda tem umas pessoas desonestas aqui que falam que a Câmara não trabalha, vereador não trabalha. Olha a



quantidade de projetos que nós temos aqui, de requerimentos, a vida toda. A Câmara trabalha sim. A comunidade solicita, a Câmara faz o dever dela que é cobrar da prefeitura, por escrito. Então, semana passada eu falei aqui. O prefeito disse que quando o vereador tiver as suas solicitações que não forem atendidas, no todo, que ele tem que reclamar. Então, eu vou à prefeitura e reclamo. Então, as pessoas, como foi dito aqui, têm que deixar de ‘ah, é do vereador José Guedes, está engavetado. É do fulano de tal, está engavetado’. Não, nós estamos pedindo para a comunidade. E espero que a prefeitura aja rapidamente sobre esse problema lá, uma ranhura. Ah, se eu pudesse alugar uma máquina, eu ia alugar e fazer a ranhura, mas o vereador não pode fazer isso, isso é de competência do município. Eu já gasto tanto dinheiro com a comunidade, com a cidade, era mais um dinheiro que eu poderia empregar para acabar com essa novela. Eu conheço os dois problemas. Então, eu fui vítima, com o Jeferson ali, quase que nós... O pior é que se acontecer, vai atingir a casa de baixo. Então, é isso que eu queria dizer. Secretários da prefeitura, funcionários em geral não têm que olhar cor de camisa não, olhar cor de partido não, eles são pagos para atender. Eu vou continuar tomando paulada a vida toda? Não é que eu tenho a língua solta não, porque eu tenho coragem de falar. Eu apoio o Vítor, mas aqui é o meu instrumento. Eu quero o bem da administração, não quero o mal não, não fico fazendo politicagem porca não. Então, eu estou muito chateado, espero que o prefeito tome providências. Não vou ficar citando outros casos, são coisas mínimas. Então, eu estou chateado, não concordo com certas coisas que acontecem na prefeitura. Eu trabalho pra caramba, eu trabalho muito. Cheguei aqui hoje



sete horas, é a minha obrigação, mas certas coisas também eu tenho que ser atendido. Então, ao contrário, eu não tenho privilégio não. Continua em discussão”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, eu também estive na Rua Ari Barroso e o pessoal até relatou esse fato que ocorreu com o senhor lá. Ali é um perigo danado, uma rua muito íngreme, mão dupla e no período de chuva o pessoal desce ali de forma mais acelerada, não consegue parar e bate na casa do Léo, que até esteve com o senhor aqui o Léo e o Diego, estiveram aqui conversando com o senhor. O secretário de segurança transporte e trânsito, o doutor Ronaldo, teve a maior boa vontade de ir até o local, mas, realmente, a situação lá precisa daquilo que o senhor falou, das ranhuras no asfalto porque o asfalto é muito liso”. Senhor Presidente: “vereador, não cortando o que o senhor está falando, eu tenho esse pedido em janeiro”. Vereador Tiago Almeida Tito: “não, tudo bem. Eu estou ressaltando o que o senhor...”. Senhor Presidente: “eu não estou rebatendo o senhor não. Janeiro”. Vereador Tiago Almeida Tito: “mas aí, Senhor Presidente, eu até falei com a comunidade e eu sei que o senhor também contribui muito com as demandas da comunidade, até de forma financeira e não é diferente da gente aqui. Mas, diante do risco que tem lá gigantesco, até que a prefeitura, porque pelo o que parece, não vai tomar uma providência por agora, que a gente assuma esse... Se o senhor quiser, eu até divido com o senhor também, esse aluguel da máquina para fazer a ranhura lá e aproveitar e fazer perto da ACM porque ali também é um perigo danado, mas eu não senti muita confiança em ser rápido não”. Senhor Presidente: “vereador, eu já pedi ao prefeito, se ele me autorizar, é amanhã”. Vereador Tiago Almeida Tito: “só





que precisa autorizar a gente mesmo, senão a gente é multado”. Senhor Presidente: “se ele autorizar, eu já gasto tanto dinheiro do meu bolso com a comunidade, que eu sou de periferia. Gasta sim, gasta muito. Não vou ficar relatando o que eu faço porque isso é caridade, é minha obrigação, hoje mesmo já levaram, é abrir a porta ali... É difícil para o vereador. Se o prefeito autorizar, vereador, na hora o senhor vai ser o meu parceiro”. Vereador Tiago Almeida Tito: “isso aí, obrigado. Concordo com o senhor nisso aí”. Senhor Presidente: “terminou?”. Vereador Tiago Almeida Tito: “terminei. Concordo com o senhor nisso aí, se ele autorizar”. Senhor Presidente: “se autorizar, eu já propus duas vezes”. Requerimento aprovado por dez votos. 4) Aatoria do vereador José Carlos de Oliveira: Requer à Mesa desta augusta Casa Legislativa encaminhe moção de congratulações e aplausos ao Padre Maicon Cleberton de Paula por todo o trabalho e dedicação nos quase cinco anos de sacerdócio dedicados à Regional Noroeste de Nova Lima. Aprovado, dez votos. 5) Aatoria do vereador José Carlos de Oliveira: Requer ao Senhor Prefeito Municipal, com intuito de atender à demanda da população da Cidade de Nova Lima, que seja reavaliada a utilização da Praça Quatro Elementos para festas, no Bairro Jardim Canadá. Aprovado, dez votos. 6) Aatoria do vereador Ederson Sebastião Pinto: Requer ao Prefeito Municipal que seja realizada uma vistoria na Barragem Passárgada, tendo em vista o receio de muitos moradores da região de Macacos de um possível rompimento. Solicita ainda que, após a vistoria, seja publicada em jornais tabloides do município ou boletins informativos na região a real situação da barragem, pois tais informações trarão tranquilidade e segurança a todos que residem no



Distrito de Macacos. Vereador Ederson Sebastião Pinto: “pela ordem, Presidente. A comunidade Capela Velha me procurou e falou que a empresa colocou uma sirene lá, que de vez em quando está apitando e eles não sabem o que está acontecendo, então, por isso, que eu estou pedindo a vistoria. Eu queria participar dessa vistoria junto com o rapaz que vai fazer a vistoria na represa. Depois que aconteceu aquele acidente em Mariana, eles estão com muito medo. Então, eu gostaria de participar dessa vistoria junto com o assistente que vai fazer essa vistoria, para colocar as pessoas de Macacos mais tranquilas, que eles estão muito preocupadas, que a sirene toca e eles nem sabem o que está acontecendo. Por isso que eu estou fazendo esse requerimento, Presidente”.

Vereador Tiago Almeida Tito: “pela ordem, Senhor Presidente. Eu também recebi, vereador Kim, um contato lá do presidente da associação de São Sebastião das Águas Claras, o Raul, este questionamento também. Imediatamente eu acionei a secretaria municipal de meio ambiente para saber se estava tendo algum risco e já foi explicado por eles, mas acho relevante demais e pertinente o seu requerimento, principalmente a vistoria, até para a gente ver *in loco*. Mas foi pelo advento da situação de Mariana, que a secretaria de estado de meio ambiente obrigou que todas as barragens tenham esse sistema de sirenes para comunicar em caso de desastres, por isso que estavam sendo instalados, estão cumprindo essa determinação, estavam sendo feitos testes lá disso. Mas acho que é de suma importância essa vistoria, até para a gente conhecer a situação daquela barragem, sendo bem sincero, eu não conheço aquela realidade. Então, é só para te dar esse retorno também. Se o senhor puder me permitir também estar junto com



o senhor nessa vistoria, seria um prazer para mim”. Senhor Presidente: “é obrigação da responsável pelas barragens avisar a comunidade que é experimental. Toca a sirene, o cara fica doido. Infelizmente os poderosos dominam o nosso país. Dominavam, eu acho que a partir de primeiro de janeiro, as coisas vão mudar. Então, como tocar uma sirene próxima à barragem, sendo que a comunidade não está sabendo o que está acontecendo? Isso é abusar principalmente das pessoas mais carentes, isso é um absurdo. Até hoje, em Mariana, o povo sofre. Eu duvido, se uma pessoa pobre cometer uma infração é cadeia, injustiças, e com as mineradoras não acontece nada nesse país. Então, eu volto a dizer aqui, é um pinga no oceano, mas eu vou continuar colocando aqui os desmandos na nossa cidade, principalmente com os poderosos. Para os poderosos tudo, para o povo pobre nada, um país que paga um salário mínimo de mil reais, uma miséria dessas, sendo que as mineradoras, o estado e o imposto federal levam... Agora que passaram para três e meio, o governo estadual leva 20% das mineradoras. Olha, calcula aí, mas um e meio, a prefeitura vai arrecadar anualmente cinquenta milhões, já pensou 20%? E eles fazem o que querem, o estado vai levando tudo com a barriga. Eu vejo em Belo Horizonte as enchentes em avenida matando o povo. Ontem eu vi o Kalil: ‘a culpa é minha’. E aí? Ele vai voltar com aquelas duas vidas lá? A culpa é do prefeito, ele deveria ter arrojado aquela boca dele, vai ser imbecil não sei aonde. ‘A culpa é minha’. E daí? Belo Horizonte tornou-se um oceano. Ah, se não existisse a nossa barragem aqui. Eu entrei em umas cinco enchentes aqui, eu conheço a história. ‘Nós temos dinheiro’, Kalil falando. Ele babou o tempo que ele ia resolver os problemas de Belo Horizonte,



babou em cima do candidato João Leite, falou, prometeu. Eu até acreditava nele até ontem, agora eu não acredito mais. ‘Ah, que nós vamos fazer projeto’. Que projeto? Há quantos anos Belo Horizonte está assim? Não é culpa só de Kalil não, isso vem lá de trás. É um absurdo, é o desmando no Brasil, é de estarrecer. Continua em discussão”.

Vereador Ederson Sebastião Pinto: “Presidente, pela ordem. Tiago, vossa excelência, seja bem vindo, eu sei que você é muito importante também. Se algum vereador quiser participar no dia da vistoria lá, seja bem vindo”. Vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, pela ordem. Só parabenizar o Kim. Porque ontem mesmo, eu vi uma reportagem, é um relatório da Agência Nacional das Águas, que no Brasil tem quarenta e cinco barragens sob risco de ruptura. Então, muito pertinente o requerimento do senhor, vereador Kim”. Requerimento aprovado por dez votos.

7) Autoria do vereador Ederson Sebastião Pinto: Requer ao Prefeito Municipal que seja aumentada a quantidade de Agente de Saúde no Distrito de Macacos, tendo em vista que o número de agentes que atende à população é insuficiente para a demanda da região. Em discussão, vereador Ederson Sebastião Pinto: “pela ordem, Presidente. A comunidade teve uma reunião com o Poder Executivo, graças a Deus, foi bem recebido, eles colocaram para a gente que está faltando agente de saúde. O Poder Executivo disse para mim que, com certeza, não fala esse ano, mas até ano que vem, vai resolver, colocar os agentes de saúde para tentar cuidar das pessoas acamadas que tem lá, que lá estava fazendo muita falta. Então, eu acredito muito no Poder Executivo, ele sabe disso. Os caras mandaram agradecer mesmo de coração, eles saíram de lá muito maravilhados



porque foram bem atendidos e as colocações que fizeram, alguns projetos do Capela Velha já estão até no projeto do Executivo para melhoria. Parabenizar o senhor também, que eu tenho certeza que a quadra lá, o campo, como o senhor adora esporte, como eu também, agora eu vou até disputar o máster, eu tenho certeza que o senhor vai dar um apoio para Capela Velha. Nisso, com certeza, a comunidade de lá, como nós vereadores podemos agradecer ao senhor, que hoje você tem um secretário bacana demais, que é o Roberto, e está correndo atrás, mandou até um ofício para mim me mando resposta, que todas as quadras de Nova Lima vão ser restauradas e alguns vestiários no meu Bairro Bela Fama, que não tem, serão colocados. Então, eu queria agradecer muito também ao Roberto pelo pedido que eu fiz a ele e ele me respondeu. Agradecer ao Poder Executivo que está olhando com muito carinho para a cidade de Nova Lima. Obrigado, Presidente”. Senhor Presidente: “eu tenho várias solicitações em Macacos, tenho alguns amigos lá. A gente está lutando, não só por Macacos, em termos de esporte, Jardim Canadá, aqueles campos nós temos que olhar com carinho. E eu tenho a promessa da prefeitura que vai licitar urgentemente a recuperação de todos os campos e todas as quadras. Continua em discussão, em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão, nove votos. O Álvaro vai substituir o Secretário, por favor”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “eu tenho um verbal, Presidente. Eu acho que os escritos já se encerraram”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu também tenho um verbal”. Senhor Presidente: “sim, senhor”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Exmo. Senhor Presidente da Câmara



Municipal de Nova Lima. O vereador Álvaro Azevedo, no uso das disposições regimentais e das atribuições que lhe foram outorgadas pela comunidade nova-limense, requer aos membros desta augusta Casa Legislativa a apreciação e aprovação deste requerimento, na forma que se segue: Que seja solicitado ao Exmo. Sr. Prefeito Municipal para que este, junto ao setor competente, esclareça de forma objetiva aos questionamentos abaixo, tendo em vista os considerandos a seguir elencados: Considerando: que segundo o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), o Plano Diretor é instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana (arts. 39 e 40); que o Plano Diretor vigente de Nova Lima (Lei 2007) foi publicado em 28 de agosto de 2007, tendo entrado em vigor 180 dias após a sua publicação, sendo que o art. 40, §3º do Estatuto da Cidade estabelece que a lei que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada dez anos; que o processo de revisão do Plano Diretor de Nova Lima iniciou-se em janeiro de 2014, sendo que o material produzido naquele ano foi disponibilizado para conhecimento público, no Portal da Transparência, apenas em 03/07/2018; que em 10/02/2017, pelo Decreto Municipal nº 7.313/2017 foi nomeada comissão de revisão do Plano Diretor; que nos termos do Estatuto da Cidade, no processo de revisão do Plano Diretor, será garantida: a) a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade; b) a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos e; c) o acesso de qualquer interessado aos documentos e informações produzidos. Que segundo o art. 52 do Estatuto da Cidade, incorre em



improbidade administrativa o Prefeito que deixar de tomar as providências para garantir a revisão do Plano Diretor no prazo legalmente previsto, sendo que a revisão da Lei 2007 deveria ter ocorrido até fevereiro/2018; que segundo o art. 52 do Estatuto da Cidade, incorre em improbidade administrativa o Prefeito que impedir ou deixar de garantir os requisitos contidos nos incisos I a III do § 4º do art. 40 desta Lei. Questiona-se: 1. O material produzido em 2014 será aproveitado pela atual gestão? Será necessária revisão de seu conteúdo? 2. Foi contratada alguma empresa ou instituição para auxiliar o Poder Executivo na revisão do Plano Diretor? Fineza enviar cópia integral do processo de contratação e do contrato. 3. Que trabalhos foram realizados até a presente data, para a revisão do Plano Diretor? Fineza enviar cópia de todo o material produzido até a presente data, que não esteja disponibilizado no Portal da Transparência (atas de audiências públicas, leituras técnicas ou comunitárias, estudos, diagnósticos, resultados de consultas públicas, etc.). 4. Por que o material produzido pela gestão anterior foi disponibilizado para conhecimento público apenas em 03/07/2018? 5. Como a Prefeitura pretende garantir a efetiva participação popular no processo de revisão do Plano Diretor? Já existe um cronograma com a programação das atividades, oficinas, audiências públicas, consultas e demais instrumentos de gestão participativa? Onde as ações serão divulgadas? Justificativa: Tal requerimento justifica-se tendo em vista os considerandos acima delineados, aliados à costumeira ausência de transparência e de observância do princípio da legalidade, notas características da atual gestão do Poder Executivo Municipal. Na expectativa de contar com o apoio dos nobres Edis, agradeço.



Paço Municipal Sebastião Fabiano Dias, em 06 de novembro de 2018”. Aprovado, oito votos. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, eu tenho dois requerimentos verbais. E antes eu quero cumprimenta-lo, Álvaro, votei com muito gosto nesse seu requerimento, até porque já fiz requerimento, inclusive esse ano, com relação a essa questão do Plano Diretor. Senhor Presidente e senhores vereadores, eu quero solicitar da administração municipal que ela organize todos os trâmites necessários para a reparação definitiva de danos causados pelas enchentes decorridas da falta de saneamento e escoamento de águas pluviais na região do Bairro José de Almeida. Quero aqui ainda, nesse meu requerimento, pedir a agilização das ações do Plano de Saneamento Básico, e a gente sabe que tem uma ação lá para o Bairro José de Almeida. Mais especificamente no fim da Rua Luíza Lucinda há uma confluência de dois canais de água e esgoto, uma vindo das imediações da Escola Municipal e outra vindo da região do Residencial Sul. A população que ali reside sofre com constantes inundações e transtornos, isso sem falar na infestação de animais peçonhentos e pragas urbanas. Senhor Presidente, a população está descrente e via nas promessas do atual prefeito uma solução dos problemas. E a gente espera que essas promessas que ele fez, ele foi junto comigo, ele pisou naquele barro lá no ano retrasado, conversou com as pessoas que lá residem e fez a promessa que ele traria uma solução definitiva para aquela questão ali. Me chama muita atenção a questão que ele disse que aquilo ali tem vários anos que acontece, que é da época dele, ele mesmo ressaltou que isso é da época dele. Ele então reconheceu o erro dele ao aprovar o loteamento Residencial Sul, aprovar as questões de escoamento





de água, de esgotos lá. E falou que traria uma solução para a população. Infelizmente nesta última chuva que teve, o Bairro José de Almeida ficou, naquelas partes mais baixas, debaixo de água. A gente tem relatos de pessoas que entrou água dentro da casa. Já é até um costume, ali quase todo ano, entra água dentro das casas. E a gente esperava muito que o prefeito assumisse aquilo que ele tratou com a população, não foi com este vereador não, ele tratou com a população. Então, fica aí o meu requerimento, solicitando uma ação da administração pública para a solução desse problema”. Em discussão, o vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente. Vereador Silvânio, enquanto estive como Gestor Municipal de Convênios, com muita luta, foi luta mesmo, porque o município tem dois contratos de financiamento que tinham um saldo em torno de trinta e cinco milhões de reais para a questão de saneamento em vários bairros do município, inclusive no Jardim Canadá; Jardim Canadá e Vale do Sol que também sofrem com esse problema de saneamento. E a gente conseguiu reprogramar, exatamente o único que tinha projeto certinho, estava dimensionado, foi a estação de tratamento de esgoto do José de Almeida, sei até o valor: sete milhões, quinhentos e alguma coisa. E foi aprovado pela Caixa Econômica, pelo Ministério das Cidades, foi no finzinho, eu estava saindo da prefeitura, e ali resolveria o problema todo de saneamento. Esse recurso acredito que deva estar disponível ainda para o município, o município não vai ter que pagá-lo agora, tem que pagar no futuro porque é um contrato de financiamento. Mas já tem projeto para lá, projeto com ETE, elevatória, interceptores que resolvem todo o problema da região desde o Shopping Ponto Verde até o José de



Almeida. Então, até aquele problema que tinha da drenagem da estrada ali também, aquilo tudo seria resolvido com esse recurso. Eu não sei em que pé está isso no município. Eu até sei o número do contrato de financiamento: 19124846/2006. Então, está à disposição do município, eu não sei se isso está a cargo agora do Planejamento, essa área de convênios, mas estava disponibilizado esse recurso em torno de sete milhões e quinhentos mil”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “obrigado pela contribuição, vereador. E foi por isso que eu falei da questão do Plano de Saneamento Básico, que ele encaixa esses projetos ali. Então, eu penso que seria muito interessante que a administração agilizasse esse processo para que as pessoas que ali residem parem de sofrer como estão sofrendo. Eu tenho uma moça lá, ela que é muito educada, que eu levei o Vítor na Casa dela... Exato. Ela que é muito educada, coitada, ela sofre demais com aquilo ali, mas não é pouco não, ela sofre muito mesmo. Vai, com certeza. Então, eu acredito que é o que precisa ser feito e é o que a população espera que seja feito. Só para corrigir minha fala, quando eu falei aqui da aprovação do Residencial Sul, é porque às vezes a gente fala no calor do momento, ali teve uma aprovação de expansão daquele loteamento, é à ela que eu me refiro, que ali tem outros loteamentos, porque senão fica parecendo que é a aprovação do loteamento e isso não é verdade”. Senhor Presidente: “continua em discussão. Em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos. Próximo requerimento”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “meu último requerimento, Senhor Presidente, é uma moção de aplausos, na verdade, essa moção de aplausos eu faria na última reunião plenária, mas como a gente teve aqui



a visita do prefeito, que eu acredito que foi muito interessante, foi esclarecedora, principalmente em função do Diego, que fez aqui uma explanação para a gente, em minha opinião, muito rica e aí acabou que a gente não fez a reunião. Mas fica parecendo que a moção de aplausos fica fora do contexto, de qualquer maneira, eu vou fazer porque eu acredito que as pessoas para quem eu vou mandar a moção aqui merecem. Que a Casa encaminhe uma moção de aplausos a todas as diretoras de escolas do município por ocasião da passagem do Dia do Diretor Escolar, que foi dia doze de novembro. E aí, Senhor Presidente, senhores vereadores, eu acho que é muito mais simbólico, o dia em si é um dia em que se comemora o dia do diretor, mas eu acho que é simbólico aqui, em função do trabalho dos diretores no município de Nova Lima, eles trabalham com muito afinco, a gente percebe uma perseverança e uma devoção muito grande pelo que elas fazem, são todas diretoras. Então, eu acho que merecem esse reconhecimento da Casa Legislativa por tudo que elas contribuem para o município de Nova Lima. Esse é o meu requerimento, se quiserem fazer em nome da Casa, fiquem à vontade”. Senhor Presidente: “eu acho adequado sair em nome da Casa. Não precisa colocar em votação, sairá em nome da Casa. Próximo requerimento, vereador Coxinha pediu primeiro”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “meu requerimento, Presidente, é pedir à Casa, aos senhores vereadores, podemos marcar uma audiência pública sobre a situação do Bairro Boa Vista. O Bairro Boa Vista precisa de um posto de saúde. O pessoal tirou o posto de saúde da Boa Vista, levou para o Bairro Retiro, mas tem pessoas lá que não têm condições de pagar passagem. Estive lá há poucos dias, uma



ferida, tem que esperar ou arrumar um carro ou senão ir a pé da Boa Vista até o Bairro Retiro. Então, pelo respeito ao Bairro Boa Vista, ao Bonserá, pelas pessoas, pelos anos do Bairro Boa Vista, essa audiência pública seria boa porque a comunidade vai vir, vamos estar aqui com o secretário de saúde, com o presidente do Conselho de Saúde, nós vamos estar aqui para ver a importância, que precisa de um posto de saúde no Bairro Boa Vista. É um bairro de várias décadas, é um bairro que tem que ser respeitado e precisa de um posto de saúde no Bairro Boa Vista. Não dá mais para enganar, para falar que o posto de saúde do Bairro Retiro está atendendo bem a demanda sim. Está atendendo para quem tem carro, para quem tem condições financeiras, quem tem condições de ir ao Bairro Retiro. E o pessoal que não tem? E aí? Você saindo a pé lá da Boa Vista até o Bairro Retiro, gente? Porque não tem carro da prefeitura, não tem um micro-ônibus, não tem uma van que fica lá na pracinha da Boa Vista: ‘ah, você tem consulta? Tem a van aqui?’. Não tem nada disso. Então, nós precisamos marcar essa audiência pública, vou pedir a vocês, senhores vereadores, nós precisamos dessa audiência pública e nós precisamos, se Deus quiser, em 2019 agora, abrir um posto de saúde na Boa Vista. O Bairro Boa Vista merece respeito, a comunidade merece respeito, é um bairro antigo. Então, esse é o meu requerimento. Vou pedir a vocês para me ajudarem nisso porque o Bairro Boa Vista precisa urgente de um posto de saúde lá, uma UBS digna, uma UBS com agentes comunitários. Outra coisa, os agentes que vão de casa em casa, eles saem do Retiro para ir ao Boa Vista, certinho, quando eles precisam de um banheiro tem que pedir aos outros. Então, nós precisamos dessa audiência



pública, o mais rápido possível, de um posto de saúde na Boa Vista”. Em discussão, vereador Silvânio Aguiar Silva: “senhor vereador, eu quero cumprimentá-lo por essa ação. Eu acompanhei os resultados de eleição no Boa Vista e foram o vereador Fausto, eu, o senhor, acredito que o Tiago, os vereadores que tiveram mais votos naquela região. E me entristeceu muito, vereador, quando o prefeito nos convenceu que seria importante passar o posto do Boa Vista para ter um melhor atendimento no Retiro. Eu não conseguia entender, vereador, como que você poderia ter um atendimento melhor em um lugar que você teria que andar três, quatro quilômetros para chegar. Mas ele convenceu para a gente, mostrou em números que tinha necessidade disso, que o posto tinha muito menos atendimento do que o potencial dele. E eu, pelo menos, ainda tentei convencer o prefeito de que as questões sociais não são ligadas à questão financeira, não dá para dizer que porque lá tem menos atendimento que o necessário, que o custo não representa o que é necessário para aquele lugar. Mas ele entendeu de outra forma, de uma forma capitalista, tem o poder e tirou o posto de lá. Eu tenho certeza, vereador Fausto, que isso muito envergonha o senhor, que é da área de saúde, que lutou para que o posto não saísse de lá e que, infelizmente, saiu. É por isso, vereador Alessandro, que o senhor é bem votado, porque o senhor está nas comunidades, onde o povo precisa e tem necessidade das políticas públicas. Eu peço ao senhor que eu quero fazer parte da Mesa no dia que tiver essa audiência pública que, realmente, nós precisamos trazer aqui os atores responsáveis pela saúde no município para tratar daquele assunto, não como uma questão capitalista, mas como uma questão social. E mais uma vez eu falo aqui de como



que as políticas públicas do nosso município estão perdendo, o posto de saúde saiu de lá, nós nos calamos, eu estou vendo notícia muito séria que querem acabar com a escola do Galo, eles estão falando que a escola do Galo atende à demanda de Raposos. Isso não é justo, não é justo que se tirem os meninos de lá. Senhor Presidente, eu sei que eu estou falando fora do tema de saúde, mas eu não estou falando fora do tema de esvaziamento de políticas públicas sociais para o nosso município. Eu penso que nós temos que ter responsabilidade com a população porque senão, daqui a pouco, eles vão começar a falar que em Bicalho não precisa de posto de saúde e traz números provando que não precisa. Já tentaram provar que não precisa da UPA no final da Avenida, tentaram por A mais B provar que não precisava dela lá. Então, eu penso que nós temos sim que agir de forma responsável, do jeito que o senhor fez. Os méritos não são meus, os méritos são do senhor, mas eu gostaria muito de participar dessa audiência pública porque eu acho que posso contribuir a favor da população do Bairro Boa Vista”. Vereador Fausto Niquini Ferreira: “Senhor Presidente, pela ordem. Coxinha, hoje eu vou te dar dois parabéns, primeiro, pelo seu aniversário, aquela festa maravilhosa, duas mil pessoas lá no seu sítio”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “obrigado”. Vereador Fausto Niquini Ferreira: “parabéns. Isso demonstra porque você é essa pessoa querida pelos nova-limenses. E, segundo, parabenizá-lo por esse requerimento. Como o vereador Silvânio muito bem disse, na época nós lutamos para que esse posto de saúde não saísse de lá. E eu não tenho aqui vergonha nenhuma de falar, várias vezes, vários elogios já fiz à saúde de Nova Lima. O Vítor tem mérito, melhorou muito a nossa saúde e hoje



mesmo já agradeço aqui por ceder o ônibus para levar os pacientes para realizar as cirurgias de catarata, a mais de duzentos quilômetros. Mas vou fazer aqui, excelentíssimo prefeito, Vítor Penido, uma crítica construtiva, o Bairro Boa Vista, o senhor sabe muito bem, que o senhor frequenta muito lá e são muitos idosos que residem ali. E a gente sabe que é um bairro um pouco afastado do centro, com uma topografia acidentada, não é fácil, não é qualquer um que sobe aquelas ladeiras do Boa Vista. Então, fica aqui uma solicitação. O senhor está de parabéns por essa solicitação de fazer essa audiência pública. E na época eu me lembro muito bem que o senhor prometeu que o senhor tiraria o posto de saúde, mas deixaria veículos à disposição dos pacientes, dos doentes para que fossem levados até o posto de saúde do Retiro. Então, acho que vale a pena o senhor botar a mão na consciência, eu sei que o senhor se preocupa muito com a saúde pública. Então, fica aqui a nossa solicitação. Muito obrigado, Senhor Presidente”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, questão de ordem. É até um pouco triste quando a gente vê a base do prefeito questionar e reclamar tanto da falta de compromisso dele com vocês. Mas, por outro lado, a gente fica feliz em saber que boa parte dos senhores apostou errado, porque na andança na eleição, pedindo voto, nada disso foi colocado, nada disso que vocês estão questionando hoje foi colocado na mesa. Então, mais uma vez, o povo foi enganado, porque não se falava em cortes naquela época, se falava em arrumar a casa, em consertar a saúde, em consertar a educação, arrumar os asfaltos de Nova Lima, que hoje a gente tem que desviar dos buracos nos bairros. Então, eu fico preocupado com a fala de boa parte dos



senhores, mas em contrapartida eu fico feliz porque o povo está podendo assistir, só nessa reunião de hoje, nós vimos a base questionar e reclamar diversos serviços que não foram feitos ou realizados. Então, é só chamar a atenção da população nova-limense para aprender que aquilo que o anterior não realizou e não fez, não volta para fazer. Hoje nós assistimos pedir dinheiro para a Granbel, para outra Associação; brinca, são vinte e seis mil os projetos, só está pedindo dinheiro para quem preside as associações e é ele mesmo, o prefeito dessa cidade. Então, chamar a atenção do povo para quando pedirem votos para eles, eles pensarem bem no que eles estão fazendo, porque o estrago realizado já está aí, instituição sendo fechada, posto de saúde sendo transferido, números que chegam até vocês que não batem com a realidade do povo. É só a gente ver e assistir os pedidos. Então, é só chamar a atenção mesmo, porque de um lado a gente fica triste, porque tira do povo, não é, vereador Álvaro? Mas do outro a gente fica feliz porque só mostra que a gente estava certo anteriormente e boa parte dos políticos dessa cidade estavam errados. Então, Coxinha, eu vou participar dessa audiência porque ela é uma audiência séria. E ainda vou conceder um aparte ao vereador Silvânio, porque está nervoso, tremendo hoje, eu não sei por que”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador, não estou nervoso não. Vereador, eu quero só concordar com a sua fala. E dizer aqui, olhando para cada um dos vereadores que são da base e aí é muro das lamentações, vereador. O prefeito esteve comigo, eu tenho certeza que isso vai chegar ao ouvido dele, eu não tenho problema com fofoca não, porque ele estava sentado ali, eu falei olhando para a cara dele, não tenho problema com relação a isso não. Eu estive





com o prefeito nas casas das pessoas no Boa Vista, de casa em casa, e a reclamação das pessoas é que o posto de saúde lá não atendia à necessidade das pessoas. Espero que Vítor possa estar me assistindo nesse momento, porque isso eu fiz com ele, na casa das pessoas. E aí, senhores vereadores que são da base, senhor líder do governo, quando o prefeito não precisa mais da gente, ele descarta igual você descarta um papel higiênico para jogar fora, é da mesma forma, não tem diferença. Nesse trato, para acabar com o posto de saúde do Boa Vista, para as pessoas do Boa Vista que acham que eu não lutei pelo Boa Vista, sequer convidado para a reunião para tratar desse assunto lá no bairro eu fui, mas eu servi quando foi para pedir voto para ele, eu servi quando foi para entrar de casa em casa lá, que às vezes as pessoas nem queriam ele, para isso eu servi, eu fui ótimo para isso. Então, senhores vereadores que são da base, hoje o senhor pode ter certeza, vocês aqui, ele precisa do voto dos senhores e vai fazer as votações, mas depois eles vão fazer com vocês exatamente a mesma coisa como fez comigo quando votei contra o aumento de IPTU, a favor do povo de Nova Lima aqui, não tenham dúvidas. Os senhores que elogiam muito o prefeito, quem não o conhece, que o compre. Obrigado pelo aparte, vereador”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Eu só vou parabenizar o Coxinha. É uma audiência pública, de fato tem relevância. Eu falo que a administração pública tem a questão financeira, embora seja comprovadamente inviável o posto, existe um ganho social com a implantação do posto de saúde. Então, eu gostaria de parabenizá-lo. Também vou me fazer presente na audiência pública e eu acho que nós temos que tentar buscar a sensibilidade do



Executivo no intuito de agraciar a população do Boa Vista com retorno dos atendimentos lá. E só deixar, a título de esclarecimento, que eles falam em fechar a escola do Galo desde a época do doutor Sebastião Fabiano. Eu não era nem nascido, já falavam em fechar a escola do Galo. A escola do Galo, hoje, não atende o maior número de pessoas de Raposos, vereador Silvânio, quase setenta por cento são de moradores do Galo. Isso é conversa de rua. E o que tem ali é que o Galo é dividido, metade Raposos, metade Nova Lima, eles consideram que esse povo que mora do lado de Raposos é de Raposos, não é Raposos, é Galo, é Nova Lima, sempre foram atendidos pelos serviços básicos de Nova Lima. Só deixando esse esclarecimento aqui, porque essa conversa não veio à tona, nesse governo não veio, já teve discussões em governos passados quanto a isso, mas que é um ganho social para a comunidade e que não vai ser fechada”.

Vereador Silvânio Aguiar Silva: “vereador, o senhor me citou. E o senhor vai me desculpar, o senhor falar que essa conversa não veio à tona, será que a gente está tirando isso do ovo? Essa conversa tem em Ata da Secretaria de Educação. Pelo amor de Deus, espera aí, não brinca com minha inteligência não, por favor. Quando o senhor se referir a mim, o senhor pode ter certeza, eu não vou falar nada aqui que eu não saiba, que eu não tenha conhecimento de ações das secretarias, não é só a Secretaria de Educação, das secretarias. O assunto de fechar a escola do Galo é vivo na rede, assim como foi vivo o assunto de fechar o posto de saúde do Bairro Boa Vista, assim como é vivo o assunto, no início de governo, de fechar a UPA no final da avenida. E aqui, não é problema nenhum discutir isso não, que pecado é esse? Não é pecado não, a administração tem



que discutir sim. Eu acho que a administração não pode é esconder, aí não, aí é difícil, fazer escondido é difícil. Agora, discutir esse assunto? Normal, não vejo problema nenhum”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente”. Senhor Presidente: “vamos ser breve”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu vou ser breve”. Senhor Presidente: “o assunto era posto médico, agora passou para escola”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “é um minuto e eu vou encerrar”. Senhor Presidente: “eu vou conceder. Só para dizer que eu sou democrático aqui, apesar que alguns vereadores acham que não. Está vendo?”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “na verdade, eu só trouxe isso à tona, vereador, porque isso incomoda demais a comunidade do Galo. Quando o senhor traz essa informação sem dar garantia ou então no mínimo ressaltar que vai ter uma discussão, o senhor não tem noção quando essa informação cair... O senhor tem credibilidade para isso, o senhor sabe que tem. Quando o senhor traz essa informação sem essa explicação, isso cai na comunidade como uma bomba. E aí tem um tanto de gente criando um pandemônio em cima de uma coisa, que o senhor bem pontuou, pode ter sido discutida, que eu desconheço. Pontuei aqui que eu desconheço sobre isso, sou da comunidade do Galo, tive sessenta e dois por cento da votação da comunidade do Galo e desconheço qualquer tipo de discussão nesse sentido. Só de discutir isso, sem falar com o vereador que teve a votação que teve lá, eu já acho um absurdo tremendo, se o teve. Então, só ressaltando, porque essas informações que saem aqui, muita gente não sabe o impacto que isso tem na comunidade, a fala do vereador, o impacto que isso tem na comunidade de Nova Lima, principalmente na comunidade



pequena como a minha”. Senhor Presidente: “em votação o requerimento do vereador Alessandro Bonifácio. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu tenho um requerimento, Presidente”. Senhor Presidente: “sim, senhor”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “primeiramente, eu ressalto nessa Casa que hoje é o dia em que se comemora, dia vinte de novembro, o Dia da Consciência Negra. Nós tivemos muitos avanços ao longo dos anos e das décadas para reparar um prejuízo que nós temos com a comunidade negra desse país. Então, eu não poderia deixar de ressaltar primeiro essa comemoração, que não é só uma comemoração do que foi feito, mas principalmente trazer para todo mundo a consciência das lutas que tiveram no passado e das lutas que vão ter que continuar. Eu fui eleitor do Bolsonaro, votei no Bolsonaro, luto e espero que o próximo governo não venha minimizar, reduzir ou muito menos extinguir qualquer política pública voltada para os negros desse país, assim espero. Embora eu seja contrário, nós sabemos que nos últimos anos, à frente o PT, em âmbito nacional, houve vários avanços dessa política, embora vários erros, nisso realmente nós tivemos avanços. Eu espero que essas políticas não venham ser reduzidas no próximo governo. Eu gostaria de deixar essa mensagem. O meu requerimento vai direcionado ao Poder Executivo, salvo engano, eu acho que isso já foi até pauta de requerimento aqui, mas se foi, eu gostaria de ressaltar no intuito do Poder Executivo criar uma legislação que isente as instituições sem fins lucrativos de pagar as taxas para realizar eventos na cidade. Temos presidente de associações de bairros, temos presidentes religiosos, nós temos instituições das quais estão sendo



cobrados valores muito altos e não têm condições de pagar para que sejam realizados eventos em espaços públicos”. Em discussão, o vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente. Foi até eu, vereador, que trouxe isso aqui em tela, principalmente pelas casas de shows que também estavam sendo taxadas, inclusive elas até fecharam, a última, o Clowns, já está fechado, não tem condições de pagar as taxas que o município instituiu em relação à cobrança de licença para eventos. Eu tive que fazer um evento da Igreja Nossa Senhora Aparecida e chegaram as taxas para a gente fazer o pagamento, mais de quinhentos reais de taxa. Inviabiliza qualquer evento comunitário se for ter a cobrança dessas taxas. Agora, eu falei isso até no Executivo, se eu não me engano, essa lei não foi revogada, já existe uma legislação que isenta as associações sem fins lucrativos de pagamento desses tipos de taxas, tanto é que quando você vai abrir um protocolo em nome de alguma associação, ela isenta do pagamento do protocolo, na abertura do protocolo. Eu acho que deveria só cumprir essa legislação. Eu cheguei a falar isso com o Stéfano, com o Vitinho, eu não me lembro se eu falei isso com o secretário de fazenda. Mas se eu não me engano, vou até procurar essa legislação, já existe uma que isenta, mas o município está cobrando essas taxas das associações, entidades religiosas, etc.”. Senhor Presidente: “em votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu tenho mais um, que é moção de aplauso pelos trabalhos realizados pela instituição chamada Ébano e pela Coordenadoria da Igualdade Racial, tendo em vista as comemorações do Dia da Consciência Negra”. Senhor Presidente: “em discussão, em



votação, os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos”.

Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente, de acordo com o Tribunal de Contas, as contas do prefeito Vítor Penido em 2003 foram reprovadas; e de acordo com o Tribunal de Contas, as contas vieram para esta Casa e sumiram. Eu gostaria que a Casa desse uma explicação na próxima reunião se tem conhecimento do dia que essas contas chegaram nessa Casa e a forma que as contas desapareceram. É só um requerimento, Presidente”. Senhor Presidente: “2003?”. Vereador Flávio de Almeida: “2003, foram reprovadas, rejeitadas”. Senhor Presidente: “eu tenho informação que as contas não chegaram”. Vereador Flávio de Almeida: “pois é, mas segundo o Tribunal, as contas chegaram. Eu queria só essa explicação, se pudesse ser... De acordo foi no ano seguinte. Senhor Presidente, só uma explicação por escrito para gente...”. Senhor Presidente: “a doutora está me informando aqui que não foi na minha gestão”. Vereador Flávio de Almeida: “não, não foi na gestão do senhor não, é por isso que eu estou pedindo a Casa para...”. Senhor Presidente: “sim, nós vamos formalizar, pedir a Delma para...”. Vereador Flávio de Almeida: “isso é um pouco sério, as contas reprovadas desaparecem, aí vira bagunça”. Senhor Presidente: “eu quero esclarecer ao público e ao povo de Nova Lima que na minha gestão não chegou não”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente”. Senhor Presidente: “nós vamos formalizar, nós vamos solicitar ao Tribunal de Contas”. Vereador Flávio de Almeida: “eu não falei que foi na gestão do senhor não”. Senhor Presidente: “sim, o senhor não disse, mas fica no ar que foi comigo. O senhor não disse isso não”. Vereador Flávio de Almeida: “não”. Senhor



Presidente: “então, não foi comigo, doa em quem doer, eu não tenho que reter nenhum documento que chega nessa Casa. Sempre que o Ministério Público e vereadores pedem informações, eu concedo a todos, porque no passado eu fui vítima, eu solicitava, não era atendido e eu nunca fiz o que no passado fizeram comigo. Eu acho que a solicitação é justa, nós temos que solicitar lá no Tribunal de Contas. Pedir à doutora Delma para fazer o ofício hoje ainda. O Álvaro me pediu, já está pronto aqui, a coisa mais revoltante é a gente fazer uma solicitação, seja para quem for, e a gente não receber as respostas. Comigo aqui, o Álvaro pediu dentro da reunião e já está pronto. Obrigado. É um requerimento?”. Vereador Flávio de Almeida: “é um requerimento, porque eu preciso dele no papel”. Senhor Presidente: “sim, senhor. Os vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado, dez votos. Eu avisei aqui da reunião com o Sindicato dos Servidores, a presidente esta aí, representando o Sindicato e o João Batista. Convido a senhora Érika para sentar aqui à Mesa”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Senhor Presidente, suspende a reunião, tipo cinco minutos, só para a gente ir ao banheiro”. Senhor Presidente: “sim, senhor, está suspensa”. Decorrido o tempo, Senhor Presidente: “nós vamos reiniciar a reunião. A presença do Sindicato aqui é um prazer, solicitação do vereador Flávio na última reunião. Convidamos a presidente, a Érika. Volto a frisar que é uma solicitação do vereador Flávio, eu estou dizendo que foi uma solicitação do senhor. Vereador Flávio, o senhor gostaria de usar a palavra inicialmente? Não?”. Vereador Flávio de Almeida: “eu quero ouvir o Sindicato mesmo a respeito dos negócios”. Senhor Presidente: “sim, senhor. Com a palavra a presidente, a Érika”.



Presidente do Sindserp, Érika Fernanda de Souza: “primeiramente, bom dia a todos os nobres vereadores, ao público que está assistindo e aos que estão presentes aqui também. Na verdade, a gente solicitou realmente ao vereador Flávio que a gente pudesse ser ouvido, que o servidor pudesse ter voz. E, na verdade, antes mesmo de eu falar qualquer coisa, fazer qualquer explanação, eu gostaria de saber se os projetos de lei que foram encaminhados, que tratam sobre o servidor público, se eles ainda estão em pauta, se eles ainda estão em andamento, porque na cidade corre boatos, falaram que os projetos iam ser retirados e viriam novos projetos para Casa, eu gostaria primeiramente de saber se isso é verdade, se isso ocorreu”. Senhor Presidente: “realmente o projeto está aqui, a LOA, foi encaminhado”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, pela ordem. Os projetos foram pautados no dia trinta de outubro, naquela ocasião, eu solicitei realização de audiência pública, enquanto a audiência pública não acontecer, não pode tramitar em comissão, isso é pacificado, não tem nem que questionar. Portanto, enquanto não acontecer audiência pública, não tramita por qualquer uma das três comissões. Eu estou aguardando inclusive o agendamento da audiência pública”. Presidente do Sindserp, Érika Fernanda de Souza: “a minha dúvida, na verdade, Álvaro, é se nós vamos discutir esses projetos, não tem outros projetos, não vieram novos projetos mudando esses daqui não, são esses daqui? Pois bem, olha, na verdade, o que a gente gostaria de comunicar aqui é que a gente acha totalmente inoportuna a tramitação, a votação e até o encaminhamento desses projetos neste momento”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “só um minutinho, pela ordem, Presidente?”





Só para esclarecer. Eu tive conhecimento que parece que iria descer um substitutivo de partes desse projeto”. Presidente do Sindserp, Érika Fernanda de Souza: “pois é, isso que eu queria saber primeiramente”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu não sei se já chegou na Casa esse substitutivo”. Senhor Presidente: “Delma, por favor, a senhora recebeu algum projeto substitutivo? Ainda não”. Presidente do Sindserp, Érika Fernanda de Souza: “pois bem, então vamos trabalhar com o que a gente tem hoje, se tiver um outro substituto, vai requerer que a gente faça um estudo, leia novamente para ver quais serão as mudanças. Mas como eu disse, a gente acha totalmente inoportuno. Primeiro, tem quatro anos que o servidor público não tem nenhum tipo de reajuste salarial, na LOA desse ano também a gente não teve previsão para o próximo ano, então o servidor está totalmente descrente, nós não temos nenhuma perspectiva. É importante falar também que a Lei 2.590 está *sub judice*, então se você vota uma lei para modificar uma lei que está *sub judice*, ela pode nascer já com vício, a gente pode ter que vir novamente mudar. Então, o sindicato considera bastante inoportuna a votação dessa lei nesse momento. Eu queria também agradecer o vereador Flávio por essa oportunidade e os senhores vereadores por terem dado essa oportunidade para o sindicato estar aqui. A gente acredita que teria que ter uma discussão ampla com o sindicato e todas as categorias, porque cada categoria tem uma peculiaridade. E seria até leviano da minha parte falar de cada categoria aqui, apesar de ser o sindicato, mas a gente não sabe de todas as peculiaridades, as pessoas que estão no local de trabalho vão saber falar muito bem sobre isso. Essa audiência pública é muito importante, mas para a aprovação da



2.590, nós também tivemos uma audiência pública e que vamos falar na verdade, nada adiantou, porque realmente o servidor não foi ouvido e passou a lei da forma que estava. Nós temos vários apontamentos aqui sobre essa legislação, o Tiago até riu, falando que a gente tem mais papel aqui do que os próprios projetos que estavam na Casa”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Érika, você me permite?”. Presidente do Sindserp, Érika Fernanda de Souza: “sim”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “eu já te interrompi. Na verdade, na audiência pública, o servidor foi ouvido sim, quem quis falar lá, estávamos eu, Zé Guedes, Coxinha e Flávio, todos tiveram... Inclusive você estava presente”. Presidente do Sindserp, Érika Fernanda de Souza: “sim, eu estava”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “todos que quiseram falar, foram ouvidos. Agora, se não mudou nada e foi votado do jeito que estava não é culpa da audiência, é culpa da maioria da Casa. Então, momento oportuno foi dado sim, porque senão parece que uma audiência pública...”. Presidente do Sindserp, Érika Fernanda de Souza: “Álvaro, eu acho até que eu me expressei mal, nada foi resolvido dentro da audiência pública, então foi isso que eu quis dizer. Então, assim, se vocês tiverem alguma dúvida, eu vou passar primeiro a palavra para o João, que é o Primeiro Secretário do Sindicato, para a gente começar a colocar alguns apontamentos que a gente vislumbrou nessa lei, mas eu quero deixar bem claro que a gente acha totalmente inoportuno isso neste momento. Eu vou passar para o João falar e a gente vai colocando as coisas, se alguém quiser perguntar alguma coisa, vocês já tiveram a oportunidade de ler os projetos de lei”. Secretário Geral do Sindserp, João Batista de



Oliveira: “bom dia a todos, primeiramente, eu gostaria de cumprimentar a Mesa, através do Senhor Presidente José Guedes, os vereadores aqui presentes, o público aqui presente. Conforme a presidente Érika abordou aqui, através do requerimento do vereador Flávio de Almeida, o sindicato se fez aqui hoje presente, a gente gostaria de deixar bem claro que a intenção aqui é colaborar com o trabalho da Casa, em momento algum, nós estamos aqui para criar qualquer tipo de empecilho ou qualquer tipo de impedimento, porém, a análise que a gente fez com relação a esse projeto que está na Casa requer muita atenção e cuidado dessa Casa. A Casa tem o apoio jurídico, já deve ter passado para os vereadores e para os assessores que esse projeto, não precisa ir muito longe, ele padece de muitos vícios, até mesmo porque tem uma resolução recente do Supremo Tribunal Federal que fala exclusivamente dos cargos em comissão. E porque a gente toma esse cuidado? Porque eles já foram declarados inconstitucionais uma vez, então requer muita atenção dessa Casa. Eu vou ser breve, até mesmo porque não há como discutir em Plenário porque é muita informação técnica aqui e, desde já, o sindicato se coloca à disposição. Mas desde já, a gente deixa bem claro, com relação à 2.590, a primeira fase da reforma, existe a ADIN tramitando e existe uma ação popular também tramitando, então a gente gostaria de chamar a atenção da Casa para a seriedade que é o serviço público. Então, a nossa intenção aqui é colaborar, é contribuir para que atenda à legalidade, ok? Estamos à disposição”. Presidente do Sindserp, Érika Fernanda de Souza: “bom, gente, como o João explanou muito bem e como vocês estão vendo aqui, é muito técnico, é muito grande, ponto a ponto, fica muito complicado até



de a gente discutir aqui em Plenário. E voltando a dizer: é totalmente inoportuno, o sindicato não está aqui referendando, não está aqui para atrapalhar nada, o que a gente quer realmente é a ampla discussão, de uma forma bem tranquila, onde a gente possa colocar ponto a ponto, de uma forma técnica, que a gente fez um estudo muito bem feito, com advogados do sindicato, com a categoria, nos fizemos uma assembleia. Se vocês tivessem alguma dúvida ou vocês querem discutir agora ponto a ponto, nós estamos à disposição”. Senhor Presidente: “vereadores, a Érika está se colocando à disposição, o vereador que quiser fazer qualquer pergunta, ela está disponível, ponto a ponto”. Vereador Wesley de Jesus Silva: “eu gostaria, Érika, se fosse possível, você encaminhar essas observações que vocês fizeram para que nós também pudéssemos fazer uma avaliação. Eu não consegui ver no projeto de lei... Eu até tenho conversado com alguns representantes de algumas categorias, estive com os fiscais que vieram fazer algumas pontuações, alguns professores também vieram fazer algumas ponderações, umas eu acho até pertinentes pelo o que foi trazido. Eu recebi no meu gabinete um parecer do Cosepa, que apresentou um parecer também fazendo algumas considerações, e eu gostaria que você também encaminhasse para gente essas considerações da base legal feita pelo sindicato para que a gente pudesse fazer uma análise também. Eu principalmente tenho me debruçado nos projetos de lei para verificar e tenho pontuado tudo o que é trazido no que diz respeito à inconsistência do projeto. Então, se você pudesse fazer esse encaminhamento, eu ficaria agradecido”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “Érika, eu me sinto contemplado na fala do vereador Wesley de Jesus, no entanto,



eu gostaria também, porque de repente você manda para a Casa, mas seria interessante que você mandasse para os gabinetes. Eu também recebi vários grupos de servidores aqui, eu acredito que eles estão indo em todos os gabinetes, ele falou dos fiscais, a gente esteve junto com os fiscais, um número grande de professores, os professores de educação física, que tem dois funcionários só, e ouvi essas pessoas, mas eu penso que nenhum deles trouxe para mim nada que... Eles trouxeram coisas que são pontuais das categorias, mas no projeto, eu pontuei N coisas, inclusive na classificação dos servidores que são contratados, tem coisas ali que assustam. Eu penso que a contribuição do sindicato pode ser muito oportuna, se puder mandar para o meu gabinete, eu te agradeço, eu sei que cópia é complicado, pode trazer que a gente copia aqui, a gente tem a quota de cópia do gabinete”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “manda por e-mail”. Vereador Silvânio Aguiar Silva: “ou então manda por e-mail se tiver”. Vereador Fausto Niquini Ferreira: “Érika, a informação que eu tive foi exatamente essa do vereador Wesley, que viria o substitutivo. Eu pergunto ao Senhor Presidente: já foi recolhido?”. Senhor Presidente: “recolhido o?”. Vereador Fausto Niquini Ferreira: “o que veio, o primeiro”. Senhor Presidente: “não”. Vereador Fausto Niquini Ferreira: “mas ele não pode ter ido para...”. Senhor Presidente: “está na comissão”. Vereador Fausto Niquini Ferreira: “ele não pode ter ido para a comissão se está aguardando audiência pública?”. Senhor Presidente: “está com quem então? Olha para mim”. Vereador Alessandro Luiz Bonifácio: “não está comigo”. Senhor Presidente: “você não é o presidente?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “então



Presidente, me deixa fazer uma pergunta pertinente?”. Presidente do Sindserp, Érika Fernanda de Souza: “então espera aí, gente, tem um projeto novo?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “não”. Senhor Presidente: “vou olhar no protocolo. Delma, por favor, olhar no protocolo quem recebeu, porque já foi dito aqui no passado que não receberam, quando a gente verificou, estava com vereador. Olha para gente, por favor, com qual comissão está”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Senhor Presidente, pela ordem. Vamos ser práticos aqui, vai que ter um substituto, vai existir mesmo, exatamente por erros que tiveram no projeto e acho que o município reconheceu, principalmente na classificação de escolaridade de vários cargos comissionados, o que é uma desvalorização realmente do servidor efetivo em relação à remuneração e à exigência de escolaridade para alguns cargos com remuneração um pouco elevada, comparado ao servidor efetivo. Então, pelo o que eu sei isso vai ser substituído também e tem vários outros pontos. Todo mundo aqui recebeu as categorias, não foi só um vereador, todos estão recebendo, eles estão passando de gabinete em gabinete, inclusive o sindicato está passando de gabinete em gabinete e realmente tem vários pontos que eu acho que tem que ser alterados e observados. Um deles que você mesmo me pontuou e eu desconhecia, Érika, é a questão do vale alimentação, que poderia prejudicar em relação ao ticket, acho que seria bom você explicar isso aqui para que os vereadores também tivessem ciência para que, se vier o substituto, o pessoal já vai saber isso na hora de fazer a análise também, seria interessante. Mas que vai ter a substituição, isso vai ter, isso já está claro, o governo já mencionou que vai fazer essa substituição”.



Vereador Wesley de Jesus Silva: “pela ordem, Presidente. Quanto a esta questão do vale refeição, inclusive parece que está no substitutivo porque quando você tira o vale refeição para vale alimentação, o cartão poderia permitir as pessoas utilizarem em supermercados, no BH, Gol, que hoje não utiliza, mas em compensação, inviabiliza os restaurantes locais de aceitar vale alimentação, só pode aceitar vale refeição. Então, parece que vai ser feito, dentro do substitutivo tem essa proposta de voltar para vale refeição porque o comércio local estaria impossibilitado de receber, embora outros mercados maiores estariam recebendo esse vale alimentação”. Presidente do Sindserp, Érika Fernanda de Souza: “primeiro, Wesley, sobre a sua solicitação, claro, a gente pode encaminhar, mas eu gostaria de só complementar, que além de encaminhar, não só encaminhar, mas que a gente pudesse... Eu já fui recebida pelo vereador Tiago Tito e pelo vereador Flávio, que cada um de vocês, que a gente pudesse conversar mesmo, falar sobre o projeto. E sobre o que o Tiago Tito falou, sobre o vale alimentação, o que nós observamos no projeto? Ele está mudando de vale refeição para vale alimentação. Número um: na Lei Orgânica fala muito claro, no artigo cento e vinte, sobre vale refeição, que o Executivo Municipal tem que oferecer ao seu servidor alimentação balanceada *in loco* ou vale refeição, então é para refeição. Nos governos passados nós já tivemos uma discussão sobre isso, vale alimentação e vale refeição. Eu acredito que todos vocês sabem, o Sindicato entrou com uma ação da cesta básica, a qual já foi transitada em julgado, já teve ganho de causa para o trabalhador. E no caso, você passando para vale alimentação, inclusive nesta ação, solicita a volta do benefício da



cesta, se você dá vale alimentação, como a gente já ganhou a cesta básica, o Tribunal de Contas entende como duplicidade de benefícios. Então, mais uma vez, o trabalhador vai ser penalizado, se a Casa vota esse projeto, o trabalhador... Porque nem todo servidor recebe vale, é específico de acordo com a carga horária, nós sabemos disso, que foi na Lei 2.590, e à cesta básica todo servidor vai ter direito. Então, se você passar para vale alimentação, o servidor que não tem vale vai ficar sem o vale e sem a cesta, mais uma vez prejudica o trabalhador. Dentre outros pontos que nós vimos na lei aqui, que ferem a Lei Orgânica, que ferem várias outras leis, por exemplo, sobre o mandato classista, mais uma vez o governo vem interferindo dentro de mandato classista em vários pontos da lei. Na 2.590 ele veio, teve uma emenda na Lei Orgânica, que esta Casa mesmo aprovou e mais uma vez ele vem interferindo no mandato classista, o vale alimentação, a criação de cargos. Como o Tiago Tito deixou muito claro e muito bem colocado, existe uma discrepância muito grande, um servidor comissionado, para ter curso, ele vai ter ensino fundamental incompleto, ele vai ganhar cerca de quatro mil e poucos reais. E um servidor que tem graduação, especialização e tem que ter o registro no conselho, ele vai ganhar três mil e alguma coisa. Então, realmente, é uma desvalorização enorme do servidor. Nós temos o caso específico da Guarda Municipal, que está infringindo a lei federal, a periculosidade ele baixou para vinte, agora está jogando para trinta, mas na verdade, a base de cálculo antes era o base do Guarda Municipal, agora ele está jogando o cálculo em cima do menor salário da prefeitura. E aí eu queria bem explicar sobre isso, gente. Nós temos hoje, eu vou citar o caso que a gente recebe muito no sindicato,





servente escolar. Servente escolar, se vocês observarem na lei, ela vai receber um salário de novecentos e cinquenta e oito reais, eu acho. Nós já tivemos servente escolar no sindicato chorando porque não tinha condições de pagar o seu aluguel, porque ela perdeu a cesta básica, ela perdeu o ticket e ela vai receber novecentos e cinquenta reais com ensino fundamental completo, sendo que um cargo em comissão vai ter que ter ensino fundamental incompleto ganhando mais de quatro mil reais. Isso é um absurdo, isso é uma desvalorização gigante para o trabalhador efetivo. Hoje, assim, o trabalhador efetivo está desvalorizado, ele não tem vontade mais. Eu sou servidora efetiva, nós que fizemos concurso, que entramos pela porta da frente, eu pergunto: vale a pena? Hoje nós temos vários servidores, aqui são poucos, porque não tem condições mais de vir às reuniões da Câmara. Mas uma coisa que dá assim vontade realmente de largar o serviço público, porque, hoje em dia, nós não temos valorização nenhuma. Criação de cargos, a valorização do cargo comissionado é muito maior do que do servidor efetivo, servidor que está aí há quinze, vinte, trinta anos prestando um ótimo serviço para a comunidade. Qual é a valorização? Nesta lei aqui está falando que os servidores comissionados vão ter os mesmos direitos que o servidor efetivo. Para mim trabalhador é tudo trabalhador, nós temos que respeitar o trabalhador, mas é bem claro, fala que no serviço público você tem que ingressar através de serviço público, não sou eu que estou inventando, isso é claro, tem que entrar através de serviço público. O servidor efetivo tem que ser valorizado e isso aqui não valoriza. Se vocês leem o que eles colocarem no CBO dos servidores. Eu vou citar o caso do João que está aqui do meu lado. João é técnico em



edificações, peguem a lei e leiam quais são as especificações da função de João agora na prefeitura. Se essa lei for aprovada do jeito que ela está, João vai ser responsável pelo sol. Vocês podem ler, está aqui, ele vai ser responsável pelo sol. Se alguém de vocês quiserem um sol particular, vocês procurem o João, que ele vai arrumar um para vocês. Gente, isso aqui é um esculacho, isso aqui é uma falta de respeito com o servidor, com o sindicato e, principalmente, com os senhores. Eu queria saber quem é que fez isso aqui. Um técnico de laboratório, que é o meu caso, da minha categoria, é a mesma especificação para técnico em patologia clínica. Aí ele coloca dentro do local de trabalho o técnico em patologia só fazendo análise e o técnico de laboratório só colhendo, os dois são a mesma coisa. Você já imaginou isso dentro do local de trabalho? Eu só vou colher, você só vai analisar, nós vamos ter o mesmo salário, nós vamos ter a mesma carga horária, mas com coisas diferentes. Técnico em patologia e técnico em laboratório é a mesma carga horária. Não, é a mesma carga horária, todos passaram para fazer oito horas que é do concurso. Até então a gente fez oito. Outro caso é o caso de técnico de enfermagem de PSF e técnico de enfermagem de Unidade Básica, ele está até no relatório do Cosepa. O PSF tem legislação própria, legislação federal. Eu vou passar a palavra para o João, que ele me pediu um minutinho para falar”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Érika, antes do João deixe-me só fazer um adendo aqui quando você acabar?”. Presidente do Sindserp, Érika Fernanda de Souza: “na verdade, assim, o servidor, nesse momento, ele vem fazer um apelo para a Casa, porque, realmente, eu não sei se vocês já viram o jornal que o sindicato está soltando no



local de trabalho. Toda essa melhora, todas essas contas pagas que o município vem falando, colocando naquele jornal, tem saído do suor do trabalhador, porque chamar isso aqui, a Lei 2.590, de reforma administrativa, a gente sabe que isso não aconteceu, reforma administrativa não aconteceu. O que aconteceu foi uma mudança de regime e retirada de direitos de trabalhador. Eu conversei com alguns vereadores e falaram comigo assim: ‘mas você sabe, Érika, que precisava fazer alguma coisa’. Sim, precisava fazer alguma coisa, não isso daqui, isso aqui não pode ser chamado de reforma administrativa. Não posso aceitar falar que: ‘estamos com as contas em dia’. Não estamos com as contas em dia. Eu não posso aceitar que nós temos hoje quinhentos e vinte e nove cargos comissionados, isso está no projeto de lei, e na hora que o sindicato entra com uma ação na justiça que é devida, que o trabalhador foi lesado, ele fala que só tem duzentos e que o município está com dívidas, o município não tem condições de pagar, aí ele manda todas essas ações lá para o TJ para dividir. Vai pagar como? Como vai pagar? O servidor, mais uma vez, é prejudicado. O servidor não tem os seus direitos garantidos. Então, realmente, como eu conversei com o Flávio, eu gostaria que a gente pudesse ser recebido em cada gabinete de cada vereador para a gente discutir. Como o João falou em sua fala, a gente não quer aqui atrapalhar, de forma alguma, o sindicato não quer inviabilizar o município, como foi falado: ‘o sindicato quer entrar na justiça para acabar com o município’. De jeito nenhum. Eu sou servidora pública, eu sou de Nova Lima, minha família é de Nova Lima, se o município cresce, eu cresço junto. Então, o que a gente tem que fazer aqui é construir junto. Eu deixo à disposição o



sindicato. Um apelo também aos servidores, que possam comparecer, que possam, realmente, fazer valer os seus direitos. Eu vou passar a palavra para o João”. Senhor Presidente: “só dar um aviso aqui, porque é muito importante, eu quero dizer que eu pedi à doutora para verificar, os Projetos 1.735, 1.736, 1.737, 1.738 de 2018 estão na Comissão de Legislação e Justiça. Falta fazer o parecer, mas para fazer o parecer está aguardando a autorização da comissão...”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “não, Presidente”. Senhor Presidente: “calma, vereador”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “o senhor está equivocado”. Senhor Presidente: “e a audiência pública. Então, já é a segunda vez que acontece isso, falando que não está na comissão, realmente, está na comissão. Nós somos zelosos, principalmente no que tange aos funcionários públicos municipais”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente”. Senhor Presidente: “esclareci?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “esclareceu, eu vou fazer um adendo, o Presidente da Comissão de Legislação e Justiça, o vereador Alessandro, não pode agir enquanto não acontecer a audiência pública”. Senhor Presidente: “sim, vereador”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “por isso que não fez parecer”. Senhor Presidente: “então?”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “perfeito. Ele recebeu enquanto presidente da comissão, mas não agiu ainda porque não deve agir. Perfeito, perfeito”. Senhor Presidente: “não, é diferente, chegar aqui e falar que não está na comissão e está”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Presidente, perfeito. Está na Comissão de Legislação e Justiça”. Senhor Presidente: “pelo o que foi dito aqui, quis



dizer que a comissão não recebeu projeto. Não foi isso, Delma? Não, você me disse isso. Não vou discutir isso não. Já é a segunda vez...”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “o fato é que está na Comissão de Legislação e Justiça e não pode emitir parecer enquanto não...”. Senhor Presidente: “sim”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “me deixa continuar minha fala, pelo amor de Deus”. Senhor Presidente: “eu quero dizer aqui que a comissão recebeu, só isso. Ele falou que a comissão não recebeu”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “tudo bem, Presidente, nós já entendemos isso. E aí aproveitando o ensejo, eu tenho duas perguntas, uma pode ser que exclua a outra. Nós estamos aguardando o agendamento da data da audiência pública, a Presidência já agendou?”. Senhor Presidente: “eu solicitei ao doutor Mael, eu o chamo de Mael”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “Moisés”. Senhor Presidente: “Moisés, para conversar com o senhor”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “sobre o que?”. Senhor Presidente: “sobre esse assunto. Eu perguntei para o senhor, eu determinei que ele fosse lá conversar com o senhor e ele não foi, eu não tenho culpa”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “mas sobre o que, Presidente? Pode falar?”. Senhor Presidente: “sobre o assunto que está em pauta”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “mas se o senhor que determinou, pode falar comigo agora então”. Senhor Presidente: “não, está com ele, ele vai conversar com o senhor. Está com o jurídico, ele vai conversar com o senhor”. Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: “então, não foi agendada ainda a audiência pública”. Senhor Presidente: “não”. Vereador Álvaro Alonso Perez



Morais de Azevedo: “eu vou ficar aguardando o agendamento”. Senhor Presidente: “sim, sim”. Vereador Álvaro Alonso Perez Moraes de Azevedo: “mas, de qualquer forma, eu não sou da base, não tenho acesso às informações de que virão quatro substitutivos dos quatro projetos. Vocês estão afirmando que vai chegar substitutivo. Tudo bem, vai vir algum substitutivo de algum projeto dentre os quatro que estão tramitando sobre o servidor. Presidente, se vier o substitutivo, pelo que parece que virá, a tramitação começa do zero, os senhores estão cientes disso. Para a gente não ter desconforto futuro de atropelo, eu já estou comunicando, se tentarem atropelar e não respeitar a tramitação do zero, eu vou entrar com um mandado de segurança na justiça, enquanto vereador eu tenho legitimidade para isso, para suspender a tramitação desse projeto. Sabe por que eu estou comentando isso aqui? Ano passado, infelizmente, nós tivemos uma situação de que não foi respeitada a tramitação do zero. E eu já afirmei aqui por diversas vezes na Casa e, antes de repetir o que já afirmei, eu quero fazer aqui uma ponderação e afirmar que eu respeito o voto de cada um dos vereadores que aqui se encontram, dos outros nove vereadores, todos nós fomos eleitos democraticamente, cada um tem o seu voto e o nosso voto é igual a todos, todos os votos são iguais nesta Casa. Mas eu vou fazer um apelo aqui, por ter vivenciado aquele episódio triste do ano passado, que nós vivenciamos, onde eu posso, com muita clareza, colocar aqui que várias das questões que esse projeto está tramitando hoje eram temas das emendas que eu apresentei ano passado, quando da chamada reforma administrativa, que a presidente falou muito bem, não tem nada de reforma administrativa, foi alteração de regime de



contratação, de celetista para estatutário e ali era o estatuto do servidor, tirava vários direitos adquiridos através de lei, não foi acordo, não foi conversa, foi por lei e a lei para ser aprovada, tramita por esta Casa. Infelizmente nós vivenciamos aquele episódio ano passado e que eu gostaria de não passar por ele de novo. Os quatro projetos chegaram aqui, nesta Casa, com regime de urgência, portanto, eles têm quarenta e cinco dias para tramitar nesta Casa, já se passaram vinte. Hoje é dia vinte? Ele foi pautado dia trinta de outubro, metade praticamente do tempo já passou. Então, eu estou afirmando, Presidente, colegas vereadores, não tentem atropelar porque dessa vez não vai ter atropelo. Não vai ter, porque se for necessário judicializar essa questão, mais uma vez, com toda tranquilidade do mundo, eu vou fazer isso e convido desde já os vereadores que se interessarem a fazer o mesmo. Nós seremos cobrados no futuro pelas posições, pelos votos que nós temos aqui, nesta Casa. E eu sempre falo, mais importante do que estar aqui hoje é saber sair daqui, nós não nascemos aqui e muito menos vamos morrer aqui, assim eu espero, pelo menos. Então, nós temos que ter discernimento, são várias questões que a presidente do sindicato já nos traz, o João já esteve comigo várias vezes. A gente tem que saber o que estamos votando, a gente está aqui para isso, as pessoas nos confiaram o voto para pautar determinados temas que vão impactar a vida delas. A gente não pode ser irresponsável de votar de qualquer jeito ou de querer, respeitosa e colocando aqui, de querer agradar o chefe do Executivo. Nós só temos um senhor para servir aqui, enquanto vereadores e não é o chefe do Executivo, o único senhor que a gente deve satisfação e deve respeito é o povo da cidade, não tem outra



pessoa que exige que a gente tenha que dar esse tipo de satisfação. Então, vamos ter discernimento, vamos ter coragem, vamos ter independência e liberdade para tratar dos assuntos com seriedade nesta Casa. A gente está chegando perto de um momento importante de novo, que são esses quatro projetos que tratam sobre a vida do servidor, eles já foram extremamente lesados e não podem mais passar por esse constrangimento, que impacta não só o ambiente de trabalho, mas impacta a vida familiar de cada servidor. Tem pessoas que tiveram a vida desestruturada, elas estão doentes com isso, e nós tivemos parcela de responsabilidade nisso. Eu, graças a Deus, tentei de tudo, fazer com que aquele lixo daquele projeto não fosse aprovado aqui, porque o que a gente tem que fazer com esses quatro... Não com os quatro, perdão, tem um lá e agora eu não me recordo o número, a questão das diretoras que, na verdade, está só formalizando o que já é hoje na prática cargos em comissão, respeitadas as eleições realizadas nas escolas, se não me engano, basicamente é o... Fugiu-me a numeração, mas, enfim, o tema é esse. Esse projeto eu não vejo tanto problema nele. Agora, os outros. Eu não estou querendo aqui fazer barraco, mas a gente tinha que rasgar e jogar no lixo ou então servir do papel que o senhor citou recentemente, papel higiênico, porque é isso que infelizmente a gente sente, é o sentimento que a gente tem quando esses projetos chegam à Casa. Vou repetir, o prefeito esteve aqui semana passada: ‘olha, eu estou à disposição de vocês, quando for preciso, venham, me chamem que eu venho’. Mentira. Todos os requerimentos que a gente apresenta aqui, ele não responde. Falei com ele: ‘prefeito, então vamos fazer o seguinte, está falando aqui no jornal que é transparente, vem prestar





contas para a Casa'. Aí ele coloca a culpa no secretário de fazenda, que o secretário não sabia. Eu não vou citar aquela fala que o senhor teve com ele não. Que esse de: 'ah, eu não sei, eu não sei', parece outra pessoa que sempre fala que não sabe de nada". Vereador Wesley de Jesus Silva: "Presidente, nós vamos voltar para a pauta?". Vereador Álvaro Alonso Perez Morais de Azevedo: "eu estou com a fala, vereador. O senhor pode ficar tranquilo que o senhor vai ter o momento de o senhor falar. Então, Presidente, eu peço seriedade da Casa, eu peço consciência dos vereadores porque, mais uma vez, essa Casa está sendo chamada a ter um protagonismo na cidade e espero que um protagonismo e não um antagonismo". Vereador Flávio de Almeida: "Senhor Presidente". Vereador Wesley de Jesus Silva: "eu vou me ausentar, vereador, o senhor poderia me permitir só uma... A Érika já pontuou que vai passar as orientações, coloco o meu gabinete à disposição para ouvi-los, tenho ouvido como todos os vereadores já pontuaram que têm ouvido. Semana passada mesmo eu ouvi uma pessoa que há muito tempo eu não via, que é a Letícia, que foi presidente do Sindicato também, ficou quase três horas em meu escritório porque eu a recebi, que ela estava fazendo uma série de pontuações, eu a recebi lá, a respeito da reforma passada e dessa também. Então, eu tenho recebido, eu gostaria muito de receber vocês também para ouvir o posicionamento que vocês têm. Eu peço licença ao Presidente, eu acho que já, inclusive, o senhor tem que pedir a extensão do horário da reunião". Vereador Flávio de Almeida: "Senhor Presidente". Senhor Presidente: "não, está dando a continuidade. Pedir licença, prorrogar o tempo aí já se passaram de três horas, os vereadores que concordarem



permaneçam como estão”. Vereador Flávio de Almeida: “Senhor Presidente. Eu continuo com a mesma preocupação, mas, por outro lado, cada momento em que se ouve uma fala aqui, só confirma que a gente tinha razão, há dois anos atrás, da votação que seria dada e seria uma votação errônea. A gente repara novamente, semana passada, o prefeito esteve nesta Casa e afirmou...”. Senhor Presidente: “vereador, só confirmar que foi aprovada a prorrogação por sete votos”. Vereador Flávio de Almeida: “o prefeito esteve nesta Casa e afirmou os duzentos e poucos cargos em comissão. Eu até perguntei ao vereador Silvânio, mas fugiram os números, foram duzentos e poucos. E hoje a gente vê a Érika confirmar, nós também já vimos, são quinhentos e poucos cargos em comissão, mais uma vez os números desse desgoverno não batem. Então, quando eu o ouço falar aquele dia em que eu fiquei muito à vontade para falar que ele não me representa, que eu não estava em minha casa, é por isso, é porque é muita mentira. Um projeto que ele envia para esta Casa e que, mais uma vez, ele é maquiado com mentiras, que no final prejudica o servidor. No final ele prejudica as ações do sindicato, prejudica os servidores, prejudica a Guarda Municipal. E para piorar um pouco mais, essa Casa não pode dizer assim que não tem culpa não. A Casa é culpada da situação toda que está hoje porque a Casa votou, a Casa é que aprovou tudo isso. Então, esse desgoverno tem a aprovação dessa Casa em todos os sentidos. Vejam bem os senhores, se em 2003, as contas dele tivessem vindo para essa Casa, ele não tinha condições nem de sair candidato, mas aí as contas desaparecem. É um pouco mais sério tudo isso. E quando eu pedi para o sindicato estar presente aqui para a gente discutir



esse assunto, foi porque eu, os advogados e os administradores estávamos, quando a Érika chegou, discutindo o projeto, nós estávamos tentando entender o projeto. E quando você vai lendo, porque eu sei também que não é prática de boa parte dos vereadores desta Casa ler, só fecha voto, vem e vota. Chega a ser... Não, mas eu não disse todos, eu disse que alguns fazem. E é verdade, gente, nem lê. Vem aqui, vota e ‘olha, votei com o senhor, hein’. Aí é mais um cargo de encarregado no outro dia, mais um cargo, todo dia, é igual Novalgina e o cara vai votando. Mas eu queria, gente, chamar a atenção desta Casa que, com certeza, nas próximas eleições, o servidor que foi lesado, que foi tirado do bolso dele, complicou a vida familiar dele, tirou filho da escola, devolveu apartamento, casa, o servidor vai estar acordado e vai estar fazendo campanha contra boa parte desta Casa. Aí eu tenho que ajoelhar e agradecer a Deus, porque a gente tem que servir, como o vereador Álvaro fala, a um único senhor e o primeiro senhor, antes do povo, é a gente quando se olha no espelho, de manhã você fala assim: ‘eu sou honesto’; o outro fala assim: ‘eu sou safado, mas continuo com a safadeza e ainda ganho a reeleição’. Então, Senhor Presidente, obrigado pela oportunidade, obrigado por o senhor ter convidado o sindicato. Érika, eu estou estudando, fazendo os nossos pareceres e qualquer substitutivo que vier para esta Casa, eu vou ouvir o sindicato e vou votar com o servidor novamente, pode ficar tranquila”.

Secretário Geral do Sindserp, João Batista de Oliveira: “só para finalizar, eu sei que todos já estão querendo ir embora, mas a gente não pode deixar de aproveitar essa oportunidade, eu vou ser breve, pequenos apontamentos que vão servir até para alertar a



Casa com relação ao novo projeto que virá. Como a gente disse, recentemente o Supremo Tribunal Federal já firmou a tese da forma correta de criação dos cargos em comissão, o projeto tem que trazer especificadamente o que é função específica, que só pode ser para servidor efetivo, é uma série de regramentos que têm que ser observados, porque senão, infelizmente, padece de vício. Isso é a própria legislação. Com relação ao que já foi dito, com relação ao padrão de vencimento, a Lei Orgânica estabelece, a Constituição Estadual ainda foi mais além, que ainda usou o termo escolaridade, então isso tem que ser observado, não é uma invenção nossa. E com relação ao que o Wesley disse, com relação a uma documentação que foi elaborada pelo Cosepa, só para esclarecer o que é o Cosepa, Cosepa é um comitê de servidores da prefeitura de Nova Lima, não é pessoa jurídica, não tem deliberação cível, não entra na competência do sindicato, não entra na competência da associação, mas é um comitê formado por aproximadamente mais de cinquenta servidores, diversos advogados, diversas pessoas de várias áreas. E a ação popular que tramita hoje na primeira vara foi ingressada pelo Cosepa, mas como ação popular tem que ser de representação popular, eu, como um dos membros, eu que me coloquei à disposição. Então, da mesma forma, como dirigente sindical, eu me coloco aqui à disposição da Casa, juntamente com a Érika, para a gente poder tirar as dúvidas que vocês quiserem. Na oportunidade que a Casa tiver de dar uma olhada nessa ação popular, em que fase ela já se encontra, o município já juntou a defesa, está com prazo aberto para a gente juntar a réplica, essa semana nós vamos juntar a réplica, semana que vem já vai dar para ter noção do andamento desta ação. E



uma coisa muito importante que a gente quer aqui deixar bem clara, foi na audiência pública desse projeto 2.590, doutor Vicente, que é o juiz da segunda vara esteve presente e alertou sobre o vício de forma e a ilegalidade do objeto, são justamente esses dois temas que foram tratados na ação popular, de forma objetiva. Então, o que a gente quer deixar para vocês? Recentemente também, no dia dezesseis, semana passada, houve a primeira condenação de danos morais, cinquenta mil reais. Eu vou encaminhar ao Álvaro a sentença com relação à divulgação dos salários dos servidores, primeira condenação que saiu, segunda vara, cinquenta mil reais. Porque na verdade, essa reforma, da forma que ela foi colocada, 2.590, a gente do Cosepa, a gente tem envolvimento com todos os servidores, centenas de servidores pediram exoneração. Vocês não têm noção. E a gente não quer que isso se repita com relação a esse projeto que vai entrar na Casa. Se ele tiver vício, infelizmente, a administração pública é regida pelos seus poderes harmônicos, independentes entre si, e diante da lesão de um dos direitos, cabe ao sindicato, cabe ao servidor acionar, infelizmente, o judiciário. Eu peço à Casa que, semana que vem, porque a réplica já vai ser juntada, se possível, o jurídico dê um pulo ali na primeira vara e dá uma olhada nessa ação popular para ter noção do que pode acontecer em pouco tempo. E aprovar a segunda etapa com esse risco, eu acho... Melhor, eu prefiro nem dizer. Sugiro à Casa que tome conhecimento, só isso, ok? Eu agradeço pela atenção de vocês e muito obrigado”. Vereador Tiago Almeida Tito: “Presidente, só para pedir ao João para mandar para a gente a jurisprudência pacificada pelo STF, encaminhar para a gente também, por favor”. Vereador Álvaro



Alonso Perez Morais de Azevedo: “só para não fugir do tema dessa questão dos cargos comissionados, recentemente, eu entrei com uma representação no Ministério Público, até citei aqui um dia, em Plenário, alegando que a prefeitura ainda nomeava, diariamente, cargos em comissão, sabendo que existe essa decisão dos cargos comissionados serem inconstitucionais. Entrei com essa representação. Inclusive, a gente pode se basear aqui em Plenário, aguardando o posicionamento do Ministério Público para tramitar esse projeto aqui, é outro argumento que a gente tem”. Presidente do Sindserp, Érika Fernanda de Souza: “Álvaro, só para eu colocar aqui, você citou sobre a lei das diretoras escolares, você falou que não tinha problema aquela lei e tudo, mas quando você vai ler, você tem que ler os quatro e pegar em um todo. A lei quando fala da eleição para diretora, que foi até um pedido do sindicato na época, mas quando você vai lá na outra lei, na redação antiga fala assim, de diretora e secretária escolar, olha: ‘fica concedida a gratificação equivalente a vinte por cento para o servidor, cargo...’. Nessa lei ele fala assim: ‘poderá ser concedida’. Na outra fica garantido, mas agora ele fala que poderá. Outra também que eu queria pontuar, muito importante, porque ele muda, na lei 2.023 e 2.055, nós tínhamos uma progressão de dez por cento, agora ele baixou para cinco por cento na Lei 2.590, a progressão do servidor pode ser chamada de quinquênio. O que acontece? Quando ele fez a 2.590, ele fala que quando chegar os cinco anos, o servidor vai receber proporcional no ato da aprovação daquela lei. Só que nessa agora, ele corrige: na aprovação desta lei. Então, o servidor vai perder um ano. Por exemplo, eu vou citar o caso de quem entrou em 2004, que é a maioria,



quando for o ano que vem, nós vamos ter direito à nossa progressão, a progressão nossa vai contar o que? Ao invés de cinco, vão ser quatro anos, vai contar naquela lei. Se essa lei for aprovada, nós vamos perder um ano, aí o proporcional diminui. Está vendo como são várias coisinhas para tirar o direito maldosamente mesmo, para tirar o direito do trabalhador. Então, uma fica assim: ‘fica concedido, agora: ‘poderá ser concedido’. Todas as comissões são só de servidores comissionados. Vamos falar a verdade, o servidor que é comissionado vai contra uma decisão do Executivo? Se o Executivo decidiu que você vai perder o emprego, se você foi repreendido, a sua avaliação de desempenho foi ruim, um cargo comissionado vai ser contra? Não vai. Por que essas comissões não podem ser exclusivas de servidor efetivo, servidor de carreira? Por que não pode ter um representante do sindicato? O próprio prefeito mandou um ofício para o sindicato falando que ele ia cumprir isso no acordo coletivo que nós pedimos esse ano, foram simplesmente quatro itens, dos quais ele não cumpriu nenhum. Nada ele podia, nada ele pode conceder. Então, só de servidor comissionado... Aí eu te pergunto: na lei fala que o servidor vai ter ampla defesa, gente, ampla defesa com servidor comissionado, servidor do prefeito? Não vai ter ampla defesa. O servidor que o chefe dele não for com a cara dele, que ele for repreendido, que foi uma repreensão, a sua avaliação de desempenho já está ruim, você não tem direito à progressão. Ampla defesa? Não, gente, realmente, isso daqui é um absurdo. E eu vou concordar com a fala do vereador Álvaro, quando ele fala que realmente tem que ser jogado no lixo. Eu gostaria de saber, mais uma eu vez vou perguntar: quem fez? Porque isso aqui é chamar,



realmente, o servidor, o sindicato, as associações, o Cosepa e até os vereadores. Isso aqui é um absurdo, isso realmente é um absurdo. Então, deixo o sindicato também à disposição. Vou tentar marcar para comparecer em cada gabinete para que a gente possa discutir ponto a ponto com calma. Eu trouxe aqui todas as legislações, as decisões do Tribunal de Justiça, de todos, está tudo aqui, a gente fez um apanhado bacana sobre ponto a ponto de cada legislação, o que vai ferir. Em momento algum eu estou falando que isso aqui é inconstitucional, mas isso aqui é ilegal, imoral, é uma vergonha para o servidor público municipal de Nova Lima. Mais uma vez eu gostaria de agradecer ao Presidente José Guedes, por essa oportunidade, todos os vereadores e o vereador Flávio por ter feito essa solicitação. Todas as vezes que o sindicato for solicitado para que venha defender o trabalhador de uma forma coerente, de uma forma responsável e também de uma forma respeitosa, nós vamos estar aqui na Casa. Eu me coloco à disposição mais uma vez e, mais uma vez, obrigada”. Senhor Presidente: “eu acredito que a reunião foi de bom proveito. Sempre as portas da Câmara estarão abertas. A vida toda, eu nunca vi em momento algum a Câmara fechar as portas para o sindicato, para os funcionários. É a nossa obrigação ouvir e a gente procurar votar o certo, o correto. A Érika é testemunha, quantas e quantas vezes eu pedi ao ex-prefeito Cassinho para não cortar a cesta básica. Deu no que deu, não é, Érika? Você estava lá, umas dez vezes: ‘isso é lei, isso é lei’. E nós temos que trabalhar em cima das leis. Agradecer a todos pela presença e sempre as portas estarão abertas, não só para o sindicato, para todas as entidades. Obrigado”.

---